



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 51 - QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Temporárias

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Humberto Costa - Bloco (115,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Rodrigo Rollemberg (65,98) Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (115,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,99)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (65,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Líder do PCdoB - 2</p> <p>Vanessa Graziotin (1,91,116)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SDD) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Wilder Morais - Bloco (95,112,118)</p> <p>Vice-Líderes Mário Couto (34,61,122) Jayme Campos (28,106,110,123) Alvaro Dias (73,124)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,124) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Morais (95,112,118)</p> <p>Líder do SDD - 1</p> <p>Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (36,120)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p style="text-align: center;">PROS - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p style="text-align: center;">José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários</p> <p style="text-align: center;">Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1.1.1 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal

Ata da 13ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 4

Ata da 14ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 8

Ata da 15ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2014..... 18

1.1.2 – Comissão Interna destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil

Ata da 4ª Reunião, realizada em 26 de março de 2014..... 25

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem estruturado pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

ATA DA 13ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2013, às 11 horas e 47 minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa. Ocorrida sob a Presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)** e com a presença dos Senadores **Roberto Requião (PMDB/PR)**, **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)**, **Walter Pinheiro (PT/BA)**, **Pedro Taques (PDT/MT)**, **Eduardo Amorim (PSC/SE)**, **Eunício Oliveira (PMDB/CE)** e **Eduardo Suplicy (PT/SP)** e **Roberto Requião (PMDB/PR)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Benedito de Lira (PP/AL)**, **Sérgio Petecão (PSD/AC)** e **Aníbal Diniz (PT/AC)**. Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos:

Número	Ementa	Autoria
73 /2013	Requer informações sobre dispositivos de defesa cibernética desenvolvidos e utilizados pelo SERPRO.	Sen. Vanessa Grazziotin
74 /2013	Requer que o PRODASEN, através de sua equipe técnica, analise e emita parecer técnico sobre as informações enviadas pelos diversos órgãos e empresas públicas acerca da criptografia e sistemas de segurança de dados utilizados pelo governo federal.	Sen. Vanessa Grazziotin
75/2013	Solicita a realização de reunião desta CPI no dia 17 de dezembro de 2013, às 12:00, através de vídeo conferência, com a participação da Comissão de Inquérito criada pelo Parlamento Europeu com a finalidade de averiguar denúncias de espionagem contra aqueles países.	Sen. Vanessa Grazziotin
76/2013	Requer a constituição de uma delegação composta por até três membros desta CPI para realização de diligências junto ao Parlamento europeu e de países membros em período a ser estabelecido.	Sen. Ricardo Ferraço

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, cujo objetivo é investigar denúncias sobre existência de esquema de espionagem contra o Brasil e cidadãos brasileiros.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Antes de iniciarmos a apreciação dos requerimentos, quero pôr em votação as atas das sessões anteriores: Atas da 10ª, da 11ª e da 12ª Reuniões.

Em discussão as atas.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

(Pausa.)

Aprovadas.

Antes de passar a palavra ao Relator, para que possa fazer a leitura dos requerimentos para votarmos, eu gostaria de comunicar a realização de algumas reuniões que não têm sido formais perante a CPI, mas têm sido reuniões importantes, com a participação de consultores da Casa, de assessores do Relator, assessores do meu gabinete e pessoas técnicas especialistas na área que nos têm procurado. Tivemos alguns encontros do Relator, o meu encontro com a Embaixadora da União Europeia, Ana Paula, assim como recebemos uma delegação que veio da União Européia, para conversar com os membros desta CPI.

Comunico o recebimento de um ofício datado do dia 4 do mês de dezembro em curso, um ofício dirigido ao Senador Renan Calheiros, ofício assinado por Juan Fernando López Aguilar, Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos. É um ofício importante, que relata os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pela Comissão Libe, que é uma comissão de inquérito do Parlamento europeu. Acompanhando este ofício, eles registram a convicção da necessidade da investigação e da cooperação entre as duas instituições, Sr. Relator, entre o Parlamento europeu e o Senado brasileiro, na medida em que avançam os trabalhos no âmbito dos respectivos inquéritos: o inquérito da União Europeia e o inquérito desenvolvi-

do aqui no Senado. E, pela documentação que eles nos mandaram, eles seguem no mesmo caminho, trilham exatamente o mesmo caminho que estamos trilhando aqui, ou seja, uma análise da legislação, uma análise da situação de defesa do Estado brasileiro e de proteção dos direitos à privacidade das pessoas, das empresas e do próprio Estado brasileiro.

Também há outro ofício encaminhado, anterior ao ofício dirigido ao Presidente Renan Calheiros, este do finalzinho do mês de novembro, dia 27, dirigido a esta Comissão – este requerimento faz um convite, Sr. Presidente. Ao final, disse que gostaria de convidar representantes das autoridades brasileiras, em especial do Senado brasileiro, a participar de uma sessão da Comissão de Inquérito do Parlamento europeu, a fim de prestar informações sobre a vigilância em massa no Brasil e trocarem impressões sobre as ações a tomar, tanto em escala nacional, quanto internacional. Em uma das conversas que tivemos com a Embaixadora Ana Paula e representantes da União Europeia, não só do Parlamento, mas da Comunidade Europeia também, ficou claro o desejo de alguns países, como a Alemanha e a França, de terem um diálogo paralelo, porque o que eles fazem lá – e aqui está explicitado detalhadamente nos documentos enviados, mas é buscando a harmonização de uma legislação para a Comunidade Europeia acerca da segurança da informação, porque países têm legislações internas em níveis diferenciados.

Então, essa é a grande expectativa deles. Além do mais, foi exposta também a expectativa em relação a uma conferência, não sei como poderíamos chamar, que foi convocada pela Presidenta Dilma e o Presidente da ICANN, para debater a internet, as comunicações, sobretudo a internet, a gestão da internet em âmbito internacional. Conferência essa que ocorrerá aqui no Brasil em abril.

Será um grande evento, há expectativa de técnicos da área de países europeus e do mundo inteiro de que essa será a conferência para debater a matéria. É um assunto extremamente polêmico, existe hoje uma forma de organização da internet e várias outras propostas de substituição. Então, é apenas para dar conhecimento e publicidade a esses atos que os membros da CPI vêm realizando, da mesma forma aos documentos que estamos recebendo, todos eles já estão despachados, já estão publicados na internet, as respostas de requerimentos já devidamente despachadas e sendo analisadas e estudadas.

Dito isso, passo a palavra ao Relator, para que, em primeiro lugar, possa fazer a leitura dos requerimentos. Na sequência os votaremos, e o Relator falará a respeito das próximas ações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr^a Presidente, era meu propósito entregar a esta Comissão a conclusão das investigações a que nós procedemos ao longo deste período em razão das oitivas e das diversas audiências públicas. O nosso parecer está sendo desenhado, concluído, mas, em linha com V. Ex^a, essa manifestação do Parlamento Europeu nos abre oportunidade para que nós possamos fazer um alinhamento daquilo a que estamos procedendo aqui em nosso País com aquilo que o Parlamento Europeu está fazendo. Nas interlocuções que temos mantido com a Embaixadora Ana Paula, que chefia a missão diplomática da União Europeia, nós tomamos conhecimento de que o Parlamento Europeu está desenvolvendo de maneira análoga as mesmas investigações que estamos procedendo aqui em nosso País.

E aí nos foi facultada a condição de estabelecermos um nível de interlocução, inclusive seu primeiro passo se dando através de uma teleconferência, que faríamos em data a ser ajustada ainda no mês de dezembro, e um convite do Parlamento Europeu para que nós possamos trocar as impressões em relação ao necessário aprimoramento e aperfeiçoamento das nossas legislações. Isso, inclusive, dá-se, Sr^a Presidente, no contexto em que o nosso País e o Mercosul estão alinhando, essa, pelo menos, é a minha expectativa, é a expectativa do Ministro Figueiredo, das Relações Exteriores, e do Ministro Pimentel, da Indústria e Comércio: finalmente, o nosso acordo do Mercosul com a União Europeia.

O mandato se encerra, agora, no mês de dezembro. O nosso País e os países que compõem o Mercosul estão concluindo as suas listas, as quais não têm uma relação direta com isso que estamos investigando aqui. Não é o nosso objeto, mas o Mercosul está caminhando, quero crer, para consolidação do primeiro Tratado Mercosul-União Europeia. Então, creio eu ser bastante cauteloso e prudente que nós não perdêssemos a oportunidade dessa interlocução.

O Parlamento Europeu está em via de concluir, mas não concluiu. Inclusive, manifestam interesse em aguardar a conclusão dessa reunião, desse diálogo que nós faríamos, trocando impressões e informações. Até porque não apenas o nosso País está convivendo com esse desafio, mas também a Alemanha, a França, a Itália e, aqui, no Mercosul, também a Argentina – eu acho muito prudente. Por isso mesmo, considero que seria de bom tom que nós aguardássemos a conclusão do nosso relatório e fizéssemos esse alinhamento com o Parlamento Europeu, para que o aperfeiçoamento que pudéssemos fazer em nossa legislação estivesse em linha com aquilo que o Parlamento Europeu está fazendo.

Então, a comunicação feita a V. Ex^a pelo Parlamento Europeu, dando explicações do estado da arte, da evolução das investigações no Parlamento Europeu, a correspondência dando conta dos fundamentos em

que essa investigação se dá, eu acho que isso nos leva a deliberar aqui, na Comissão, dois requerimentos: um para a construção, aqui, de uma videoconferência, mas não apenas a videoconferência. Nós poderíamos, no retomar das nossas atividades parlamentares, fazermos finalmente esse colóquio, esse diálogo com o Parlamento Europeu, de modo formal e oficial. Portanto, a aprovação de um requerimento para que nós possamos visitar, em Bruxelas, o Parlamento Europeu e fazermos uma reunião da nossa Comissão com a Comissão do Parlamento Europeu.

São estes os dois requerimentos que eu quero submeter à Comissão: um requerimento designando até três Senadores para esse colóquio com o Parlamento Europeu; e também um requerimento para que possamos fazer, no dia 17 de dezembro, uma videoconferência entre a nossa Comissão e a Comissão do Parlamento Europeu, em que nós estaríamos ajustando os primeiros passos dessa construção coletiva, que não vai envolver apenas o Brasil, mas também o Mercosul e a União Europeia. E, além desses dois requerimentos, Sr^a Presidente, há um requerimento, também de V. Ex^a, nos termos do Regimento Interno, para que o Prodasen, através da sua equipe técnica, analise e emita parecer técnico sobre as informações enviadas pelos diversos órgãos e empresas públicas acerca da criptografia e sistemas de segurança de dados utilizados pelo Governo Federal, para subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ou seja, o Prodasen estaria proferindo uma análise técnica de como o Estado brasileiro está se protegendo, está se estruturando em seus sistemas de criptografia.

De igual forma, requerimento para, no prazo de cinco dias úteis, sejam solicitados ao Ex^{mo} Sr. Presidente do Serpro as seguintes informações:

a) Quais os organismos da administração direta e indireta, autarquias, empresas públicas e outras do Governo Federal, ou outras esferas cuja gestão do sistema de dados esteja a cargo do Serpro.

b) Como é feita a proteção de dados do Governo Federal e empresas públicas cujos sistemas de processamento de dados estejam sob sua responsabilidade e gestão.

c) Informações sobre ataques a esses sistemas, especificadamente quanto aos países de origem, períodos e complexidade ocorridos entre os anos de 2009 e 2013.

São esses os requerimentos, com os fundamentos que eu submeto a V. Ex^a e à Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu só peço que V. Ex^a leia os números dos requerimentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Requerimentos nºs 73, 76, 75 e 77, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Requerimentos nºs 73, 75, 76 e 77.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Exatamente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Em discussão os requerimentos.

(Pausa.)

Todos serão votados conjuntamente.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Relator, se V. Ex^a me permite, eu quero...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu permito sempre.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu quero cumprimentar pela decisão que V. Ex^a acaba de tomar e aqui fazer um registro da importância do tema que nós estamos debatendo, Relator. Não sei se todos os Parlamentares ou a Casa têm a exata noção da abrangência desse assunto, que é uma questão que atinge outra questão que vai muito além das comunicações, pois trata-se da própria defesa do Estado, trata-se da privacidade das pessoas, trata-se do processo de desenvolvimento, do processo de paz, de tudo, absolutamente tudo.

Eu quero agradecer aqui às inúmeras autoridades, técnicos, Ministérios que têm nos ajudado. Estive com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Senador Raupp, eu estive com ele na semana passada. Ele estava muito entusiasmado com a viagem à China para o lançamento do satélite, que, infelizmente, foi um desastre total – não sei se houve interferência externa em relação àquilo. (Risos.)

Não sei, é verdade, não sei se há qualquer tipo de interferência, não sei. Se eu soubesse... Eu até gostaria muito de saber falar com segurança, se há ou não há, mas, enfim...

E o próprio Ministro fez algumas sugestões. Toda a equipe do Ministério, Senador Ferração, está à nossa disposição, ajudando-nos, fazendo trabalhos técnicos, estudos técnicos, levantamento da nossa capacidade de defesa. E, pelas respostas que recebemos, como V. Ex^a já analisou, muita coisa tem que ser feita no País. Duas

ações já foram feitas: uma foi um decreto da Presidenta Dilma, estabelecendo algumas normas que nós temos que transformar, isso também, quem sabe, em lei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E esse não é um desafio apenas do nosso País. Portanto, nós não podemos nos omitir, acho eu, dessa provocação que nos faz o Parlamento Europeu, de adotarmos uma posição que possa ter simetria. Porque este é um desafio da civilização: conter a violação aos direitos individuais, que é uma garantia do europeu, do americano, do africano, do asiático, e assim por diante.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Claro, perfeito! É esse um problema interno e um problema externo, mundial, que está sobre a mesa do debate a respeito da gestão da internet, no mundo inteiro, da necessidade de mudanças defendida pelo Parlamento Europeu, defendida pelo Governo brasileiro, pelo Parlamento brasileiro – não tenho dúvida nenhuma! E deixar isso tudo registrado em um relatório da Casa é muito importante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E agir em linha com aquilo que o Parlamento Europeu está fazendo. Ter a oportunidade de socializar e compartilhar as conclusões a que o Parlamento Europeu chegou e as conclusões, a que nós estamos chegando no Senado, para que essa ação possa, como eu disse aqui, ser uma ação civilizatória de modo a impor limites.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas como poderíamos avançar via Mercosul também, nós, Parlamento brasileiro, poderíamos sugerir isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu acho que, a partir da nossa conversa com o Parlamento Europeu, nós, no retorno, procuraríamos os nossos irmãos parlamentares que compõem conosco o Mercosul, para que pudéssemos construir uma posição que pudesse ser do Mercosul. Nós faríamos o nosso diálogo com o Parlamento Europeu e, no retorno, faríamos um diálogo com os parlamentares dos parlamentos que estão envolvidos com isso.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exemplos temos muitos. Por exemplo: a infraestrutura, a construção de cabos submarinos, que nós, efetivamente, não dispomos de uma rede e que poderia ser feita, quem sabe, em conjunto com os países que compõem o bloco do Mercosul – algumas ideias que considero. Mas, enfim, eu quero apenas dizer que no recesso, de acordo com a normatização, temos aqui o nosso representante das comunicações do Senado que tem nos ajudado muito – muito obrigada! – no monitoramento da mídia internacional.

Diariamente continuam saindo matérias, novidades sobre isso – e isso tem-nos ajudado bastante. Mas, enfim, eu acho que ter esse período, não há possibilidade de reunião durante o recesso parlamentar, mas o trabalho continua. Acho que os nossos gabinetes, a própria consultoria da Casa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ao longo desse período, nós estaremos concluindo os nossos trabalhos que farão parte desta pauta com o Parlamento Europeu. De modo que, nesse período, eu terei o meu relatório pronto, com as nossas conclusões. Não serão conclusões prontas e acabadas, mas serão conclusões em que vamos dialogar para esse colóquio com o Parlamento Europeu.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito bem! Acho que é a medida mais acertada a ser tomada neste momento. Feito isso, aprovados os requerimentos, com a informação que V. Exª traz da apresentação do relatório depois dessas diligências e da continuidade do diálogo com outros países, com autoridades locais, técnicos, creio que estamos no bom caminho.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas para registrar, com alegria, a presença entre nós do Senador Luiz Osvaldo Pastore, que compartilhou o mandato juntamente com o Senador Gerson Camata, nosso sempre querido ex-Governador e Senador! O Senador Pastore nos honra com a sua presença hoje, em nossa reunião.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Que os cumprimentos do Senador Ferraço sejam os meus cumprimentos também a V. Exª, seja muito bem-vindo!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador capixaba, viu?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É, mas ele só elogia os capixabas. Eu não sei exatamente qual é a razão, o porquê disso.

Nada mais havendo a tratar, a presente reunião está encerrada. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 5 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem estruturado pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2013, às 14 horas e 15 minutos, na Sala de Videoconferência do Interlegis, sob a Presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)** e com a presença do Senador **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Roberto Requião (PMDB/PR)**, **Benedito de Lira (PP/AL)**, **Sérgio Petecão (PSD/AC)**, **Walter Pinheiro (PT/BA)**, **Aníbal Diniz (PT/AC)**, **Pedro Taques (PDT/MT)** e **Eduardo Amorim (PSC/SE)**. Na ocasião foi realizada videoconferência da CPI da Espionagem com a participação da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. CLAUDE MORAES – Vamos, então, começar. Peço desculpas pelo atraso.

Queria agradecer a sua presença. Vão chegar outros Deputados para estar presentes. Contudo, repito, o meu pedido de desculpa pelo atraso.

A presente reunião destina-se a apresentação do documento de trabalho no âmbito da comissão nacional na perspectiva da União Européia, que será apresentado amanhã.

Não havendo objeções, o resto da ordem dos trabalhos de hoje e a ordem dos trabalhos de amanhã é aprovada.

A reunião de hoje não traz finlandês, maltês e croata como... Peço desculpa por isso.

Peço desculpa aos colegas que estiveram aqui à espera.

Vamos ter a apresentação da Srª Vanessa Grazziotin, Presidente da Comissão Parlamentar de Investigação e Espionagem, e do Sr. Ricardo de Rezende Ferraço, Relator da Comissão Parlamentar de Investigação e Espionagem.

Posso passar, então?

Vou fazer alguns comentários introdutórios.

Caros colegas, antes começarem, gostaria de dizer o seguinte: nesta reunião, iremos ouvir representantes do Senado Federal brasileiro após as revelações de vigilância sistemática na telecomunicações e *e-mails* da Presidente Dilma Rousseff e de empresas brasileiras.

O Senado brasileiro se (*ininteligível*) uma investigação com a criação de uma comissão parlamentar no dia 25 de setembro de 2013. Decidiram falar com o parlamento europeu para troca de impressões. O Presidente Schulz e eu próprio escrevemos aos presidentes do Senado e da Comissão Parlamentar.

Iremos hoje, por fim, ouvir, através de videoconferência, a Presidente, Srª Grazziotin, e o Sr. Relator Ferraço.

Quero saudar ambos. É uma excelente oportunidade para a nossa Comissão Parlamentar trocar ponto de vista convosco.

A Srª Vanessa Grazziotin tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Boa tarde, Sr. Deputado Claude Moraes.

Na condição de Relator da Comissão de Investigação no Senado brasileiro, nós vamos dar início a esta teleconferência. E em minutos a Senadora Vanessa Grazziotin, que preside a nossa Comissão, estará conosco.

As minhas primeiras palavras são de agradecimento pela oportunidade que V. Exª, Deputado Claude Moraes, e nossos homólogos do Parlamento Europeu estão dando a esta troca de impressões e a esse esforço comum que o nosso País e o Parlamento Europeu estão fazendo, buscando investigar, buscando aperfeiçoar, buscando estudar meios e caminhos, propostas que possam conceder aos nossos Estados nacionais, que possam conceder aos nossos compatriotas a segurança nas suas comunicações, inviolabilidade nos seus sigilos de suas vidas privadas, não apenas às pessoas, mas também às nossas empresas, às nossas informações estratégicas relacionadas àquilo que é absolutamente estratégico aos nossos Estados.

Na prática, nós, assim como todo mundo, fomos pegos de surpresa, com perplexidade, em função das informações que foram relatadas pelo Sr. Snowden. Nós constituímos aqui, no mês de setembro, uma comissão de investigação para apuração de todos esses fatos. E ao longo desses meses, nós fizemos muitas audiências, ouvimos as autoridades do Poder Executivo que, em nosso País, têm a prerrogativa da iniciativa e até mesmo da gestão e construção de um conjunto de políticas públicas que pudessem ou possam conceder ao nosso Estado toda a condição não apenas de tomar iniciativas, de modo a construir uma política nacional para convivência com esse fenômeno, que é um fenômeno presente nos dias atuais, das violações cibernéticas, mas também de tudo que está em torno desse tema.

Nós estávamos caminhando para a conclusão dos nossos trabalhos no mês de dezembro de 2013. Mas julgamos que seria adequado e oportuno que nós prorrogássemos esse prazo para que nós pudéssemos estabelecer com o Parlamento Europeu esse diálogo, esse contato, de modo que nós pudéssemos agir em simetria. Ou seja, aquilo que foi alvo ou que está sendo alvo de investigação por parte do Parlamento Europeu, toda a violação que foi absolutamente identificada por parte da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América, daquilo que todos os senhores e todos os seus Estados nacionais foram parte, nós também fomos parte aqui. Nós estamos querendo muito, desejando muito essa construção coletiva com o Parlamento Europeu, para que as nossas reações possam ser convergentes, a fim de colocar limite nesses excessos que nós observamos, nessas violações todas que foram denunciadas pelo Sr. Snowden.

Sua Excelência a Presidente da República Dilma Rousseff já pôde se manifestar, em nome da população brasileira, na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, apresentando todo o protesto do povo brasileiro. Mas nós estamos indo além. Nós estamos estudando, inclusive, as fragilidades. Nós estamos estudando, inclusive, a necessidade do aperfeiçoamento do Marco Legislativo. E nós estamos apresentando ao Poder Executivo, ao Governo brasileiro, medidas que o Governo brasileiro precisa adotar de modo a melhorar o nível de proteção não apenas das pessoas, do sigilo, da privacidade das pessoas, mas também elementos que possam ser fundamentais para as informações estratégicas do Estado brasileiro.

Então, esta teleconferência tem o sentido de manifestar a V. Ex^{as}, que conduzem uma investigação no Parlamento Europeu, o nosso desejo de estarmos trabalhando em convergência para que os nossos relatórios, inclusive, possam ser concluídos no mesmo tempo, de modo que em algum momento de fevereiro, no início de fevereiro, nós possamos nos encontrar. Há, inclusive, o desejo da Senadora Vanessa Grazziotin, que preside a Comissão, e o meu desejo de que nós façamos uma reunião conjunta no Parlamento Europeu, de modo que nós possamos apresentar o nosso relatório, para que V. Ex^{as} possam conhecer tudo aquilo que nós, ao longo desse período, investigamos e também ter acesso a tudo aquilo que foi investigado por parte desta Comissão de investigação e que a nossa reação fosse uma reação em bloco. Há, inclusive, de nossa parte, interesse de, a partir dessa proposta que estamos fazendo, que isso pudesse ser estendido aos demais países que compõem junto com o Brasil o Mercosul. Até porque, neste momento, entre o mês de dezembro e janeiro, o Mercosul e a União Europeia estão finalizando as suas propostas, as suas listas de entendimento, visando a uma conclusão desse tratado que nós estamos tentando fazer há alguns anos. Então, se fosse possível, nós estaríamos combinando uma programação para fazermos uma reunião que poderia ser ou aqui no Brasil ou no Parlamento Europeu, de modo que nós pudéssemos tirar um dia para trabalho intenso e detalhado com nossas assessorias, de sorte que as nossas conclusões pudessem andar de forma convergente. São as minhas primeiras palavras nesta teleconferência que estamos procedendo com V. Ex^{as} que estão conduzindo essa investigação pelo Parlamento Europeu.

Ha um fato novo hoje aqui em nosso País, que é o fato de Edward Snowden ter publicado em jornais de grande circulação, sobretudo a *Folha de São Paulo*, uma carta aberta à população brasileira, em que ele manifesta a sua satisfação pelo fato de o Brasil ter feito as manifestações que fez em todos os fóruns até aqui. De forma implícita, ele chega a afirmar que gostaria de colaborar com os Senadores do Parlamento brasileiro que estão conduzindo esta investigação, mas ele não se sente à vontade, porque seu asilo político é um asilo político concedido pela República da Rússia de forma precária. Então, de uma forma ou de outra, ele basicamente se dirige à população brasileira como que pedindo asilo político, para que, estando em nosso País, possa contribuir de maneira detalhada com todos os fatos que ele denunciou à população mundial. O nosso juízo é que as contribuições dadas pelo Sr. Snowden foram muito importantes, elas são transcendentais, porque, de certa forma, sinalizam a necessidade de recuperarmos valores, princípios que devem nortear as nossas sociedades, sobretudo as sociedades que se apresentam e se colocam historicamente como aliadas.

Não há ainda uma manifestação da Presidente da República, que tem a prerrogativa da concessão do asilo, mas há, de nossa parte, na Comissão de Relações Exteriores, que tenho o prazer de presidir aqui no Senado, manifestação pública apoiando o Governo brasileiro na direção de conceder o asilo político, porque, tendo o Sr. Edward Snowden aqui conosco, vemos uma janela de oportunidade para aprofundar as informações muito mais.

Portanto, as minhas primeiras palavras são essas.

Vou passar a palavra à nossa Presidente, a Senadora Vanessa Grazziotin, que coordena os nossos trabalhos aqui na Comissão, estendendo os meus cumprimentos não apenas a V. Ex^a, Deputado Claude Moraes, mas a todos os nossos colegas que compartilham desse esforço, reafirmando a nossa vontade, a nossa determinação de trabalharmos juntos, de forma convergente, as conclusões dos nossos relatórios, para que isso possa representar uma reação do Parlamento Europeu, uma reação do Parlamento brasileiro no aperfeiçoamento do marco legal de providências eventuais que os nossos países precisam adotar para melhorar a sua condição de convivência com esse ambiente de violação e de invasão.

Essa é a nossa manifestação.

Passo a palavra à nossa Senadora Vanessa Grazziotin, que é a Presidente da nossa Comissão, aguardando que possamos, quem sabe, no princípio do mês de fevereiro, fazer, aí, sim, uma reunião bastante detalhada e aprofundada de cerca de tudo aquilo que nós investigamos aqui no Brasil e que V. Ex^{as} investigaram no Parlamento Europeu, com as contribuições que V. Ex^{as} puderam, ao longo desse período, trazer para o aperfeiçoamento do marco legal, mas que isso possa representar, sobretudo, um posicionamento comum do Parlamento brasileiro, do Mercosul e do Parlamento Europeu.

A Senadora Vanessa Grazziotin está aqui a meu lado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Boa tarde. Quero primeiro cumprimentar vocês todos que estão participando na Europa, direto de Bruxelas, dessa videoconferência; os companheiros e companheiras que estão nos acompanhando aqui no Parlamento do Senado Federal do Brasil; e o nosso Relator, querido Senador Ricardo Ferraço, que tem se envolvido muito, se dedicado muito a esta questão, apesar de todas as atribuições que ele acumula do Senado Federal, porque é também Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores.

Agradeço por ele ter iniciado essa conversa e quero falar da alegria de podermos trocar opiniões, idéias, as duas comissões – a Comissão do Senado do Brasil e a Comissão do Parlamento Europeu.

Agradeço, antes de mais nada, pela documentação que nós recebemos, vindas daí. Solicitamos que vocês pudessem nos enviar um relatório sucinto dos trabalhos que estão desenvolvendo e, recebendo a documentação daí, nós percebemos que os objetivos que nós temos no Brasil são muito semelhantes aos objetivos que todos vocês têm aí na União Europeia. Lendo um histórico do que vocês pretendem fazer, analisar e aprovar ao final dos trabalhos, constatamos que é muito semelhante àquilo que nós também queremos fazer no Brasil. Percebemos que, em relação à segurança e à forma como vocês tratam empresas da Internet, estão muito mais avançados do que nós, pela forma como o Brasil trata isso. Por essa e outras razões, seria muito importante que pudéssemos ter acesso a tudo o que o Parlamento europeu desenvolveu. Este talvez seja o nosso principal objetivo.

Diante do crescimento da interferência, da forma com que todos nós somos vigiados, espionados no mundo, desde os cidadãos, passando pelas grandes empresas, até mesmo os Estados, porque foi a nossa própria Presidenta Dilma, ela própria, vítima de escuta e interceptação de mensagens do seu próprio telefone celular, diante disso tudo, nós entendemos que precisamos, em Território nacional, ter claro um diagnóstico da nossa capacidade de defesa e, a partir desse diagnóstico de defesa do Estado, do cidadão, das nossas comunicações, do direito constitucional de privacidade, apresentar uma série de sugestões.

Este encontro vem em boa hora, em muito boa hora. O Senador Ferraço já relatou o que foi a carta de Snowden, que deve estar publicada em todos os jornais do mundo inteiro e que, de forma indireta, não formal – ainda não formalizou –, solicita do Estado brasileiro que seja concedido o asilo. Não sei se o Senador Ricardo Ferraço já falou a respeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O Parlamento brasileiro já tem um requerimento aprovado na Comissão de Relações Exteriores e faremos tudo que estiver ao nosso alcance para garantir isso a Snowden.

Agora, eu tenho pessoalmente um entendimento: nós não podemos tratar o pedido de asilo que ele faz hoje ao Brasil como uma questão vinculada a essas investigações. Eu acho que ele o faz como pessoa e o Brasil concederá ou não asilo a um cidadão que o solicita – formalmente ele ainda não solicitou – independente de qualquer outra coisa. Nós não podemos tratar essa solicitação dele como uma troca: concede-se asilo e ele passa informações. Isso não caberia e, quem sabe, poderia trazer ainda uma situação de instabilidade muito forte no mundo inteiro.

O fato é que este primeiro diálogo que nós estamos tendo agora é muito importante. Queremos ter um novo diálogo mais detalhado posteriormente, em fevereiro.

O Governo brasileiro organiza, para o mês de abril do ano que vem, uma conferência mundial para de sobre Internet. O Presidente Hollande esteve recentemente em nosso País e foi convidado pela Presidenta Dilma a codirigir esse encontro internacional onde será debatido, entre vários assuntos relativos à internet, um novo modelo de governança. Nós temos o entendimento que deve ser um modelo democrático, aberto, mas que leve muito em consideração os direitos fundamentais das pessoas, sobretudo à privacidade.

Muito obrigada por este período.

Mais uma vez eu agradeço a correspondência que nós estamos recebendo, o convite aqui feito. Não podendo ter sido este encontro feito pessoalmente agora no final do mês de dezembro, quando nós temos

muitas atribuições aqui no Congresso brasileiro, votando orçamento e tudo o mais, espero que seja feito em breve, quem sabe no mês de fevereiro, no início de fevereiro do ano que vem?

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu aproveitaria ainda a oportunidade para perguntar ao Deputado Claude Moraes: o parlamento europeu, em 2001, conduziu uma investigação ao Sistema de Interceptação Echelon. Quer dizer, com base na investigação que o parlamento europeu fez em 2001 e com base nessa investigação que V. Ex^{as} estão produzindo, na avaliação de V. Ex^{as}, qual é a diferença entre uma investigação e outra? A que fatos novos estão chegando a V. Ex^{as} a respeito dessa nova conjuntura vivida nos dias atuais?

O SR. CLAUDE MORAES – Muito obrigado a ambos, Sr^a Grazziotin e Sr. Ferraço. O Presidente espera ter pronunciado corretamente os nomes. Estão ouvindo bem? Porque o sinal não era muito bom. Estão ouvindo bem?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito bem! Sim.

O SR. CLAUDE MORAES – Ótimo! Não parto do princípio de que eu falo português só porque me chamo Moraes. Eu falo um bocadinho só o português.

Estou aqui na qualidade de relator, porque estão a me fazer perguntas sobre o Echelon. Trarei respostas aqui aos colegas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as palavras que nos trouxeram um ótimo contributo. Há, de fato, bastante simetria entre a vossa comissão de inquérito e a nossa.

Atento a tudo, acerca das indagações positivas que nos deram sobre a reunião em fevereiro, sim, é possível fazer isso. Embora haja diferenças entre ambos os inquéritos, há muitas coisas em comum. Fevereiro pode ser uma boa altura para marcar uma reunião e poderemos comparar os nossos trabalhos.

Eu presido esta reunião, mas também sou o relator. E eu gostaria de falar sobre o Echelon e dizer aquilo que aconteceu em 2001. Um dos pontos essenciais foi que muitas das recomendações do Echelon não foram aplicadas. Foi um relatório excelente. Espero que, em fevereiro, algumas das recomendações sejam acatadas.

Se me permitem, vou fazer duas perguntas. E penso que teremos tempo para ouvir três perguntas que vou apresentar-vos e espero que respondam essas três perguntas de cada vez. Muito bem. Começo com as minhas perguntas.

Considerando tanta semelhança entre os nossos inquéritos, gostaria de perguntar algo que soube, que me disseram. Temos tantas reuniões e chegamos rapidamente à conclusão de que não vamos conseguir uma situação em que os cidadãos europeus tenham a segurança, em relação aos Estados Unidos, que esperam. Por isso gostaria de saber o que é que pensam, considerando os cidadãos brasileiros, o que, em termos de recursos judiciais, podem ter relativamente aos Estados Unidos.

Os Estados Unidos, os cidadãos americanos podem ir a tribunal e resolver a situação, esta situação específica. Quanto à resolução pelo direito à privacidade que foi apresentada nas Nações Unidas, por Jeremy(?), é interessante, em termos políticos. Para onde vamos em termos dessa resolução? Qual o impacto que isso tem para o Brasil e qual é a forma como lidam com o inquérito que estamos aqui a levar a cabo?

Esse inquérito, não se preocupem, não será só tratado por portugueses, embora a próxima interveniente seja portuguesa.

Tem agora a palavra a Sr^a Ana Gomes, membro da nossa Comissão Parlamentar de Assuntos Externos.

A SR^a ANA GOMES – Boa tarde, colegas.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para vos perguntar o que vocês estão a considerar, no quadro do inquérito do Senado, fazer relativamente ao *judicial redress*, *judicial and administrative redress*. Isto é, nós chegamos à conclusão de que, nas leis americanas, não está contemplada a possibilidade para os cidadãos estrangeiros, não americanos, de poderem ter recurso administrativo ou judicial caso se encontrem envolvidos num processo de manipulação, de perversão de seus dados pessoais – por exemplo, no contexto de combate ao terrorismo.

Nós estamos a lutar, estamos a tentar fazer ver aos nossos colegas americanos do Congresso americano que esta é uma questão essencial: se nós vamos não só reconstruir a confiança, mas também, de fato, ter um sistema de proteção de dados que corresponda aos nossos padrões aqui na Europa relativamente à defesa da privacidade e dos direitos básicos dos nossos cidadãos.

Tem sido difícil fazer os nossos colegas americanos entenderem o que está em causa. Ainda hoje, nos contatos que tivemos com uma delegação do Congresso que aqui esteve, presidida pelo congressista Mike Rodgers, vimos que havia muita incompreensão sobre essa questão. Por isso, eu gostaria de saber o que vocês estão a fazer nesse domínio, se também têm o mesmo tipo de exigência relativamente aos americanos. Gostaria de saber como é que isso se traduz, nos acordos que vocês têm com os Estados Unidos em matéria, por

exemplo, de cooperação para o combate ao terrorismo, em matéria de transferência de dados pessoais para o combate ao terrorismo, os programas de PNR – as listas de passageiros que são exigidas de nossas companhias certamente são exigidas das vossas. Portanto, como essa questão está a ser vista do vosso lado?

Esta é, do meu ponto de vista, uma área em relação à qual nós podíamos, sem dúvida, juntar esforços, como dizem os nossos colegas e como é, certamente, também do nosso interesse.

O SR. CLAUDE MORAES – Terceira pergunta.

Deputado alemão.

A SRª BIRGIT SIPPEL (*Tradução por profissional habilitado.*) – Srª Sippel, muito obrigada.

Fiquei muito satisfeita com esta videoconferência, porque é útil para o nosso trabalho aqui no Parlamento Europeu saber que os debates relativos às revelações de Edward Snowden não têm lugar só na Europa e nos Estados Unidos, mas sim alhures, no mundo. A cooperação é, evidentemente, bem-vinda.

Se bem entendi, a situação do Brasil é semelhante à nossa. Não terminaram o trabalho na comissão de inquérito. Gostaria de saber quais são as áreas em que pretendem trabalhar em termos de conclusões. Estão a pensar em novas regras ou em novas leis relativamente à portação de dados? Estão a pensar em relação a soluções técnicas para que a internet seja mais segura, considerando a privacidade e a portação dos dados? Por fim, pensam em novas regras relativamente a serviços secretos e poderes dos governos em termos de medidas a tomar?

Eu não sei se iremos conseguir, considerando as situações diferentes em termos dos países, se conseguiremos medidas iguais ou propostas iguais. Mas, em sítios de frentes do globo, pensamos em ações, em respostas a essas perguntas. Talvez sejam também um sinal e, em termos de sinal, algo extremamente importante.

Uma última pergunta: referiram à carta publicada do Sr. Snowden. Já há reações públicas no Brasil relativamente à carta? Talvez seja um pouco prematuro perguntar, não sei, mas gostaria de saber. Já deixaram bem claro que não existe uma ligação entre o inquérito em si e o asilo concedido ou não a Snowden. Mas há essa questão mesmo aqui na Europa. Eu não pergunto se vão ou não conceder o asilo ao Sr. Snowden, é muito cedo para haver uma resposta, mas, considerando que só por causa das revelações do Sr. Snowden é que estes debates pode ocorrer, quer no Brasil, quer na Europa, quer noutros locais, podemos pensar em dar um lugar seguro ao Sr. Snowden.

Peço então aos colegas brasileiros que respondam a essas perguntas. E só peço que deem algum conteúdo do vosso relatório, que nos revelem algo em termos de conteúdo do relatório, seria importante para nós saber aqui o que consta do relatório.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Bom, eu vou começar as respostas, tendo em vista que o Senador Ricardo Ferraço diz que já falou muito mais do que eu no primeiro momento. Mas eu apenas começarei e ele pode completar daquilo que entender necessário.

Eu vou iniciar exatamente pela última pergunta feita por Sippel, salvo engano.

Quero primeiro cumprimentar todos e todas que aí estão e agradecer a oportunidade do encontro, mais uma vez.

Em relação ao pedido do Snowden, é muito recente. Ele apresentou a carta ontem, e ontem, nos telejornais, já tivemos as primeiras notícias, e nos jornais impressos, no dia de hoje; pela internet, desde ontem, mas nos jornais impressos, apenas no dia de hoje.

Não temos ainda muitas notícias sobre a reação ou as reações da população brasileira ou do meio político, sobre o que esse pedido causou. Há alguns Parlamentares já se manifestando contrários a que o Governo brasileiro conceda o asilo, analisando que isso pode trazer uma instabilidade ou uma situação de atrito muito forte, e outros Parlamentares já se manifestando de outra forma, querendo muito que o Brasil conceda esse asilo por entender que o cidadão que está solicitando é um cidadão que não cometeu, pelo menos no nosso entendimento, qualquer tipo de crime e que tem sido essa a tradição do Brasil em várias outras situações, e nem por isso o Brasil, por ter concedido asilo a qualquer pessoa, teve suas relações com outros países estremeçadas ou prejudicadas. Então, têm sido diferentes as reações. E não dá para saber qual é a tendência que nós teremos ainda pela frente.

Se o Brasil dará ou não o asilo, essa é uma decisão que cabe somente ao Poder Executivo. Nós do Parlamento podemos sugerir, como aliás já o fizemos, aprovando um requerimento favorável a isso, mas a decisão cabe ao Poder Executivo.

De nossa parte, tenho certeza absoluta de que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que o Governo conceda, porque entendemos que o que ele fez até agora para os povos do mundo inteiro tem sido muito importante. Todos já sabíamos o que estava em curso, que essa nova tecnologia, o avanço tecnológico

permite esses atos de espionagem, mas a revelação desses fatos, inclusive de países amigos, aliados terem sido alvos e alvos importantes, para nós, causou um mal-estar muito grande.

Bom, em relação a em quais áreas nós pretendemos trabalhar aqui na CPI, são várias. Agora, a gente pode dividir em duas grandes questões: há uma questão internacional, que depende da comunidade internacional, e há uma questão local, nossa, aqui do Brasil.

No que diz respeito à questão internacional, o Brasil, mesmo antes dessas revelações de Snowden, já tem falado da sua opinião em relação à necessidade de se modificar a governança da internet no mundo, porque essa prevalência, esse poder extremo e exagerado que têm os norte-americanos em relação à internet no mundo tem que mudar. Nós precisamos de uma governança mais multilateral.

Nesse aspecto, o Governo brasileiro, juntamente com o governo alemão, apresentou uma moção que já foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. E outra providência internacional foi o pedido da Presidenta Dilma de realização dessa conferência, desse encontro internacional no mês de abril, que não tem um caráter oficial, deliberativo, mas o papel político que esse encontro terá será, sem dúvida nenhuma, muito forte e muito importante.

Então, nós, Parlamentares, deveremos participar com muita força desse evento, e creio que também o Parlamento europeu, com parlamentares do mundo inteiro, deve vir participar dessa importante conferência sobre a governança mundial da internet em abril.

No que diz respeito às questões internas do Brasil, algumas medidas já estão sendo adotadas. O Congresso brasileiro, Senado e Câmara juntos, já votou um projeto de resolução que regulamenta uma comissão de acompanhamento de atividades de inteligência. Isso foi importante, porque era um projeto que estava há muito tempo tramitando e parado. Já foi aprovado.

Entendemos que vamos, no decorrer do tempo, apresentar inúmeros projetos de lei que tratam de todos os aspectos, principalmente em relação à proteção dos cidadãos e das cidadãs brasileiras porque, como as empresas de internet, no geral, são americanas, elas entendem que o foro judicial é nos Estados Unidos. Portanto, qualquer problema que um cidadão brasileiro tenha aqui, se procurar a Justiça brasileira, eles se recusam a responder perante a Justiça brasileira, alegando que o contrato que se assina reconhece que o foro é nos Estados Unidos.

Nós vamos mudar essa realidade. Vamos propor na CPI, e esse é um objetivo que tem o próprio Governo brasileiro – aí já entramos na questão da proteção dos dados –, não apenas trazer o foro para o Brasil, mas que todas as empresas que aqui atuem tenham o foro em Território nacional. Há um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, que não foi aprovado ainda e, depois da Câmara dos Deputados, virá para o debate e aprovação no Senado, que estabelece um novo marco civil da internet. Algumas das questões que estamos levantando aqui estão contidas nesse projeto de lei. Há uma polêmica grande porque o Governo Federal, a Presidenta da República decidiu pelo apoio à proposta de determinar legalmente que todas as empresas de internet mantenham um *data center* instalado no Território nacional, ou seja, aqui no Brasil. Há outras polêmicas, mas essa, no que diz respeito à segurança da população, ao direito do resguardo da privacidade é muito importante.

Regras sobre serviço secreto: já estamos trabalhando em propostas de mudar a legislação. Estamos trabalhando também a questão de um maior investimento, de indicar ao Governo brasileiro a necessidade de um maior investimento em contrainteligência. Vamos dialogar também com empresas nacionais que trabalham com essa questão. Além disso, é necessário um investimento mais forte sobretudo em inovação e tecnologia, ciência e tecnologia, desenvolvimento e inovação. O próprio Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil está muito envolvido com isso. E a gente entende que, neste mundo em que cada vez a tecnologia avança mais rapidamente, nós precisamos investir com maior força no Brasil.

E, mais uma vez, eu trago aqui exemplo do que foi debatido entre a Presidenta do Brasil e o Presidente da França. O Presidente propôs uma parceria no sentido de que os países desenvolvam projetos tecnológicos em conjunto. Temos a ideia também de que, a partir daquilo que foi feito no Brasil, em termos de avanço na nossa legislação, na estrutura do Estado brasileiro para garantir maior segurança ao Estado e às pessoas, nós devemos avançar para o âmbito do nosso bloco, o Mercosul. Mas, para que cheguemos até o Mercosul, é preciso que o Brasil também promova algumas mudanças internas nas nossas próprias leis.

Em relação às perguntas que foram feitas, eu creio que eu, mais ou menos, respondi. Temos também debatido muito. Vamos propor aqui a criação de uma agência brasileira de inteligência, não só agência brasileira de inteligência de sinais, mas uma agência de proteção, de defesa cibernética. Nós já temos uma estrutura parecida, mas, do nosso ponto de vista, ainda é muito frágil diante da dimensão e da importância desse segmento.

Vamos propor a criação de uma comissão temporária no âmbito do Senado Federal para propor reformas na legislação brasileira de inteligência, além de aprofundarmos os mecanismos de controle externo da atividade de inteligência.

Então, para ficar claro, nós temos poder, a CPI, a Comissão de Investigação, de propor leis. Faremos isso. Algumas já constarão do relatório. E outras, continuaremos a estudar. E também faremos sugestões ao Governo Federal como forma de dar força ao Governo Federal para que algumas medidas importantes que, aos olhos da população, não seriam tão prioritárias, diante de tantas necessidades até básicas que tem a população brasileira, mas, diante desse novo momento em que vive o mundo, o mundo em que nós estamos inseridos, sejam aplicadas, porque são importantes.

O Brasil precisa melhorar muito a sua capacidade de autodefesa, precisa também de parcerias com outras nações amigas para desenvolver alguns projetos. Eu posso citar como exemplo o cabo submarino. Nossos cabos submarinos que levam a informação, quase a sua totalidade, passam por território americano para, depois, chegar a outros continentes.

Senador Ferraço, quer complementar?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, não. Nada a complementar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Então, vamos lá.

O SR. CLAUDE MORAES – Muito obrigado por vossa intervenção.

Senador Ricardo Ferraço, relativamente às diferenças, eu lembro que, em 2001, não houve informação prestada às autoridades americanas. Houve bastante relutância. A grande diferença é que o sistema global, o Echelon, era uma fonte de informação ou o interesse da imprensa era pouco. Em outra altura, em 2001, não havia tanto interesse na internet e na tecnologia. Mas digo que foi um excelente inquérito parlamentar e um excelente modelo. E ainda têm uma mesma opinião. O Carlos Coelho era o Relator com um outro deputado português.

Vamos ter mais perguntas?

Srª Carmen Romero López e depois o Sr. Salafranca.

A SRª CARMEN ROMERO LÓPEZ (*Tradução por profissional habilitado.*) – Obrigada. Eu queria agradecer à Presidente da CPI e ao colega Ricardo.

Sou uma Deputada espanhola. E queria, a propósito da Resolução 4, que foi promovida nas Nações Unidas, a propósito desse tema, qual é o alcance, o que se pretende fazer com essa resolução? O que pretendem que as Nações Unidas façam relativamente a essa espionagem?

(*Falha na gravação.*)

...destruir todas as medidas ou todas as tomadas ilegalmente. Podemos fazer isso? Podemos destruir todos esses atos? Uma vez que, tecnologicamente, é muito complicado, qual é a alternativa que propõem?

Em termos de cooperação policial, aonde chegaríamos se não houvera mandados judiciais que justificassem esses fatos?

O SR. CLAUDE MORAES – Próxima pergunta. Sr. Salafranca, Deputado de nossa Comissão de Assuntos Técnicos.

O SR. JOSÉ IGNACIO SALAFRANCA SÁNCHEZ-NEYRA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, Srª Presidente. Saúdo cordialmente a Srª Senadora Vanessa, colega já há muitos anos do Parlamento.

É importante, realmente, este momento, esta troca de pontos de vista. Peço desculpas por ter chegado atrasado.

Houve colegas da câmara dos representantes norte-americanos que ficaram a saber que o Parlamento europeu tem por objetivo verificar o corte entre os sinais anunciado pela União Europeia. Nesse contexto, considerando o clima que existe no Parlamento europeu, não seria muito favorável à retificação desse acordo. Neste momento, estamos a anunciar, nós estamos nas rondas (*ininteligível*) e é um acordo extremamente importante para os interesses quer da União Europeia, quer dos Estados Unidos.

A Senadora falou da importância que assinar acordos de comércio livre tem para o Brasil. Estamos pendentes de ver se os parceiros do Mercosul aceitam a oferta brasileira para as melhorias nesse acordo, mas a minha pergunta é a seguinte: em que medida as relações políticas entre Brasil e Estados Unidos foram afetadas por esse caso?

Soubemos da suspensão da visita oficial da Presidente, soubemos da constituição desta Comissão de investigação, relativamente à vigilância eletrônica de cidadãos. Considerando as desculpas pedidas pelos Estados Unidos, gostaríamos de saber se esse tipo de dificuldades, em termos políticos, que impossibilitaram a visita da Presidente aos Estados Unidos, teve consequências econômicas. Os Estados Unidos são parceiros econômicos do Brasil e gostaríamos de saber se esse incidente teve consequências não só nas posições políticas, como ficou claro, mas também no desenvolvimento de atividades comerciais entre Brasil e Estados Unidos.

Obrigado, Srª Presidente.

O SR. CLAUDE MORAES – Muito obrigado, Sr. Salafranca.

Em seguida, e por último nesta ronda, o Sr. Brons, membro da Comissão Libe.

O SR. ANDREW HENRY WILLIAM BRONS (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

No Reino Unido, os chefes dos três serviços de segurança tentaram implicar que as revelações de Edward Snowden e de outros ajudaram os terroristas e puseram em risco alguns operacionais de segurança. As revelações feitas por alguns visitantes a esta Comissão, algum pessoal da NSA e do M5 deram provas e garantiram que nada iriam fazer para pôr em causa a segurança e nada daquilo que nos revelavam podia pôr em causa a nossa segurança.

Será que tiram as mesmas conclusões relativamente às revelações de Edward Snowden? Será que podem concluir que essas alegações dos serviços de segurança são apenas tentativas para demonizar Snowden e outros denunciadores, para fazer cair a sua credibilidade e, também, assustar outros para que não façam esse tipo de revelações?

Talvez, este Parlamento ou o Parlamento brasileiro possa aprofundar essas alegações, analisar essas alegações que foram feitas e, depois, publicar as conclusões, transmitir publicamente as conclusões que tiram.

Muito obrigado, caros colegas.

O SR CLAUDE MORAES – Dou, mais uma vez, a palavra aos Senadores para poderem responder a estas três perguntas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vejam, a algumas constatações nós chegamos aqui em nossa Comissão de Investigação. Nós não temos, ainda, uma conclusão, mas a primeira constatação é que a violação e os excessos cometidos pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América são uma verdade. Há, inclusive, uma decisão preliminar, uma decisão de uma corte federal dos Estados Unidos, inclusive, condenando os excessos cometidos pela Agência Nacional de Segurança. Portanto, começa a haver, por parte da população norte-americana e das instituições norte-americanas também uma reação, por serem os Estados Unidos da América um país que tem cultivado a democracia, o respeito à individualidade e à privacidade da pessoa humana. Então, esta reação não é apenas uma reação de europeus e sul-americanos, mas também da população norte-americana.

A outra constatação é que, na prática, o terrorismo tem sido utilizado como escudo para se alcançar outros níveis e tipos de informação – informação com objetivo econômico, informação com objetivo empresarial. Por exemplo, há denúncias de que a nossa Petrobras teria tido violadas algumas de suas informações estratégicas na antevéspera de um grande leilão que a companhia fez, o maior da história. Há concorrências internacionais que o nosso País está avaliando e refletindo como o reaparelhamento dos nossos caças supersônicos, enfim, toda uma agenda muito robusta, e há a constatação de que o terrorismo tem sido utilizado como escudo para o alcance dessas informações de caráter econômico ou mesmo de bisbilhotagem de informações estratégicas dos nossos Estados.

As mesmas dificuldades que V. Ex^{as} estão tendo nós também temos aqui, porque há uma determinada arrogância por parte dos segmentos da política norte-americana de acharem que estão acima de qualquer governança global em razão do poderio econômico, em razão do poderio militar que os Estados Unidos da América consolidaram ao longo desse tempo. É como se não tivessem que dar satisfação, é como se pudessem estar acima de tudo e de todos. Então, a mesma dificuldade que os senhores e as senhoras estão tendo nós também temos aqui.

O acordo, a Resolução de nº 4 das Nações Unidas me parece muito mais um posicionamento de caráter simbólico que foi liderado pelo Governo Angela Merkel, pelo Governo Dilma Rousseff, portanto, por nossos países, de modo a criar um determinado constrangimento para que esses países possam rever a forma de atuar em suas estruturas de espionagem.

Nós não falamos aqui da espionagem que precisa preservar o interesse dos nossos Estados Nacionais, mas nós estamos falando da falta de limites, da falta de critérios, da falta de valores em se valer de tecnologia, em se valer não apenas de *software*, mas de *hardware* para poder violar a vida das pessoas.

Então, essas são as conclusões a que nós estamos chegando aqui em nosso País. Nós estamos revendo o nosso marco legal, nós precisamos aperfeiçoar a nossa legislação de modo a ampliar a proteção.

A Senadora Vanessa Grazziotin fez aqui referência ao novo marco civil da internet, que poderá estabelecer regras mais rigorosas em relação a essa questão, mas todos nós estamos diante de fatos muito novos: se é possível colocar fronteiras e limites na utilização da internet ou se estamos necessitando, realmente, de refundar a nossa forma de nos relacionarmos na aldeia global, em que todos se comunicam e interagem de maneira muito forte. Nós estamos, na verdade, necessitando reconstruir esses valores.

Evidentemente, nós estamos tendo uma primeira experiência de convívio e de confronto com esses temas, diferentemente do parlamento europeu, que, em 2001, fez um trabalho muito forte quando avaliou o sistema Echelon. Essa é a primeira vez que estamos nos deparando com esse tema. Evidentemente, de 2001 para 2013, o impacto desses fatos na sociedade é muito mais relevante, inclusive com as mais variadas manifestações.

Na última sexta-feira, tivemos a honra de receber em nosso País S. Ex^a o Presidente da República da França, François Hollande. Ele, publicamente, manifestou solidariedade à forma com que a nossa Presidente Dilma tem se manifestado publicamente.

O fato objetivo é que nós também estamos avaliando, na Comissão, algumas fragilidades do Estado brasileiro. O Estado brasileiro se surpreendeu ao ser violado em informações sigilosas por parte de um país com quem temos uma relação amistosa histórica. Objetivamente, não. As nossas relações continuam absolutamente normais. A nossa Presidente Dilma Rousseff foi convidada para uma visita de Estado pelo Presidente Barack Obama, que foi apenas postergada. As nossas relações continuam absolutamente normais. Esses contratempos precisam ser superados no diálogo sincero, no diálogo claro. Há manifestações, inclusive, da embaixadora dos Estados Unidos em nosso País, nos jornais do fim de semana, dando conta de que o governo norte-americano e o Presidente Barack Obama determinaram o mês de dezembro para que um conjunto de procedimentos possa ser revisto. Então, temos uma expectativa grande de que todo esse constrangimento em âmbito global possa fazer com que a relação com os Estados Unidos, com quem temos uma histórica relação de amizade, cultural e de trocas comerciais, possa ser restabelecida.

Estamos também avaliando as questões relacionadas às atividades de inteligência em nosso País, questões relacionadas à segurança das comunicações, com muitas propostas e muitas sugestões, a partir do diagnóstico que o Estado brasileiro, em razão de ser um país com muitos desafios, não teve ainda a oportunidade de fazer os investimentos de modo a se preparar e se estruturar para conviver com a guerra cibernética, que é um fenômeno dos dias atuais. A guerra cibernética é como a globalização. Não cabe contestação. Ela é uma realidade, e nós precisamos nos organizar, inclusive fazendo um conjunto de recomendações ao Governo brasileiro no campo da comunicação, no campo da inteligência, no campo da necessidade, inclusive, de o nosso País ser autossuficiente em sistemas, em projetos que possam nos proteger. Mas, evidentemente, estamos avaliando isso também com muito cuidado, porque, por exemplo, a Alemanha tem sistemas supermodernos e foi violada. Há informações de que o próprio telefone celular da presidente reeleita, Angela Merkel, teria sido violado. E nós sabemos que a Alemanha é um país que tem larga tradição na ciência, na tecnologia e na inovação, e não foi capaz de interceptar esse tipo de violação.

O fato objetivo é que precisamos somar os nossos esforços com o esforço e a experiência do parlamento europeu para que possamos contribuir com o novo ambiente de respeito às diferenças e de respeito às tradições das nossas relações.

O SR. CLAUDE MORAES – Muito obrigado, Senador Ferraço. Foi de fato um contributo pormenorizado. Agradeço ambos os Senadores, que deixaram muito claro o que está em causa. Agradeço o tempo que me disponibilizaram.

Penso que não há mais o que perguntar; ou não, há uma pergunta suplementar a um comentário que parte da Ana Gomes.

A SR^a ANA GOMES – Para os nossos amigos do Senado brasileiro: nos acordos bilaterais que o Brasil tem com os Estados Unidos, por exemplo, os acordos de listas de passageiros, chamados PNR, ou outros acordos de cooperação, de combate ao terrorismo, vocês estão a pensar em implicações deste inquérito para esses acordos? Por exemplo, nós aqui, do Parlamento europeu, pedimos a suspensão de alguns desses acordos que estão em vigor enquanto não tivermos a garantia de um acordo de proteção de dados que, de fato, responda aos nossos padrões de privacidade e de respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. Portanto, gostaria de perguntar se vocês estão a considerar a ação concreta relativamente aos vossos acordos bilaterais com os Estados Unidos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Bom, Ana, muito obrigada pela pergunta.

Quero dizer que estamos, sim, analisando alguns desses acordos, mas não chegamos ainda a qualquer tipo de conclusão no sentido de pedir ou não a sua suspensão. Entendemos que é preciso nos deter mais no assunto, avaliar melhor as questões, para, aí sim, apresentar algumas sugestões ou mesmo projetos.

No que diz respeito ao nosso relacionamento com os Estados Unidos, ao relacionamento econômico, a esse tipo de relacionamento, não houve qualquer abalo. A Presidente tem deixado muito claro para o Parlamento brasileiro também que todas essas iniciativas que o Brasil vem tomando como Nação por parte do Poder Executivo ou até mesmo do Parlamento, que tem esta Comissão de Investigação, tudo isso não deve interferir nas nossas relações. Entretanto, não deixaremos de tomar as medidas que forem necessárias. E eu aqui repi-

to – não chegamos a falar de todas –: o próprio Governo brasileiro já tomou algumas medidas internas muito importantes, quer dizer, que entraram em vigor. Nós temos tido, por parte do Governo Federal, todo o apoio a esta CPI no que diz respeito a informações que temos solicitado.

Essa conferência que virá em breve é muito importante. O Senador Ricardo Ferraço dizia que não é possível que os Estados Unidos, por deter um grandiosíssimo poder econômico e bélico, e eu diria mais, agora tecnológico também, continue a manter essa predominância, essa quase exclusividade no poder de mando nas comunicações internacionais.

Vi o Presidente Claude falando que, em 2001, a internet não tinha a importância que tem hoje em 2013. E a importância que este meio de comunicação entre os povos terá em 2020 será infinitamente maior, sem falar que a tecnologia é algo que está presente em tudo, na defesa dos Estados, na vida das pessoas, em tudo. A tecnologia é uma questão fundamental.

Então, o Brasil entende que toda a legislação, seja a Constituição do Brasil, sejam tratados, acordos, declarações internacionais devam ser respeitados. Então, acordo entre nós é algo que vise e garanta os mesmos direitos aos cidadãos americanos e aos cidadãos brasileiros. Se eles precisam de ordem judicial para poder ter suas comunicações interceptadas, entendemos que um europeu e um brasileiro também deverão ter o mesmo direito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concluindo a nossa manifestação, a nossa convicção é que precisamos unir os nossos esforços. As manifestações do Parlamento europeu e do Parlamento brasileiro se tornarão muito mais relevantes se forem tomadas de maneira convergente. E o ambiente caminha todo ele nessa direção.

Ao fazer essa afirmação de necessidade de caminharmos juntos, ao encerrar a minha participação, eu faria uma pergunta aos parlamentares com quem nós temos o prazer desse diálogo. Nós recebemos praticamente uma consulta pública do Edward Snowden sobre asilo político. A nossa manifestação é que o Governo brasileiro deveria conceder esse asilo político, porque asilo político é um ato de soberania nacional e unilateral, não tem qualquer tipo de envolvimento com relações comerciais, econômicas, enfim, com coisas do gênero, até porque a nossa Diplomacia tem uma larga e longa tradição na concessão de asilos políticos. Então, a pergunta é: se algum dos nossos países que estão representados no Parlamento Europeu recebesse esse tipo de asilo político, por V. Ex^{as} estarem muito mais próximos da Rússia, qual poderia ser a avaliação e a reflexão por parte do Parlamento Europeu, porque tendo o Snowden perto, isso pode facilitar de maneira demasiada...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Tradução por profissional habilitado.*) – Bem, não vamos abrir aqui o debate sobre a Rússia.

Agradecemos sua contribuição.

Vou terminar como comecei, dizendo que há uma enorme simetria entre os nossos inquéritos. O Presidente da CPI brasileira fala um pouco sobre aquilo que está acontecendo. Foi muito útil. De fato, tem também seguido nosso trabalho. O vosso trabalho é também muito útil para nós. Vamos continuar a comparar notas, manter contato, porque é importante saber como abordam essas questões globais sobre a forma como são tratados cidadãos que não são norte-americanos. Portanto, temos aqui algo em comum.

Agradeço pelo tempo que disponibilizaram. Muito obrigado. Vamos manter contato. Agradeço pelo tempo disponibilizado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Tradução por profissional habilitado.*) – É importante que respondam às perguntas que colocaram os colegas. Tanto quanto sei, não houve... O que está acontecendo...

A Ana Gomes tem a palavra.

A SR^a ANA GOMES – A maior parte dos países da União Europeia não foi solicitada para asilo político por Snowden. Embora se tenha falado sobre isso e haja grupos também que se movimentam em alguns países, suponho que na Alemanha, talvez a Birgit possa dar informações sobre isso. Mas não houve propriamente um pedido formal que eu tenha conhecimento. De qualquer maneira, de acordo com os nossos colegas americanos que estiveram hoje aqui, pelo simples fato de se colocar a perspectiva de Snowden ser chamado a testemunhar no Parlamento Europeu por videoconferência, explicaram que isso seria muito malvisto nos Estados Unidos. Para eles, Snowden não é um denunciante, é um traidor. É claro que esse é um aspecto de que tomamos nota, mas há uma decisão do Parlamento Europeu no sentido de ver esse testemunho em breve.

O SR. CLAUDE MORAES – Muito obrigado, caros colegas. Temos que ficar por aqui, temos que terminar aqui. Agradeço pelo tempo e agradeço também aos colegas Deputados a presença aqui em uma tarde tão perto do Natal.

O SR. ANDREW HENRY WILLIAM BRONS (*Tradução simultânea.*) – O Presidente agradece aos intérpretes, que retribuem. Muito obrigado.

Se bem percebi, a audição continua, portanto, amanhã pela manhã, mas a decisão para se organizar essa audição foi tomada apenas na sexta-feira. Eu só soube disso ontem e já tinha planos de viagem para regressar a casa. Estou certo de que vão conter as lágrimas por minha ausência, mas penso que deveríamos avisar antecipadamente os membros quando são organizadas essas reuniões. E não estou aqui atacando ninguém. Sim, temos, de fato, que tentar ser o mais transparente possível na organização das reuniões, e isso tentamos fazer. Mas penso que houve alguma dificuldade em garantir que os instrumentos de trabalho estejam disponíveis a tempo e isso não foi fácil. Nós temos mais um atraso em relação a, ontem, um documento de trabalho – e eu assumo a responsabilidade por esse atraso. Penso que foi isso o que aconteceu. E, para além disso, temos amanhã o Sr. Gleenwald.

Portanto, eu gostaria de dizer em relação a isso que o secretariado está a trabalhar imensamente para organizar esse programa e devemos também reconhecer a forma extraordinária como tem sido tratado esse inquérito. Mas obviamente que temos que nos informar adequadamente das reuniões e ter em consideração esse ponto.

O SR. CLAUDE MORAES – Muito obrigado.– Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente

(Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 22 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem estruturado pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

ATA DA 15ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião, realizada em 09 de abril de 2014, às 15 horas, na Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)** e com a presença dos Senadores **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)**, **Walter Pinheiro (PT/BA)**, **Eduardo Suplicy (PT/SP)**, **Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)**, **Pedro Taques (PDT/MT)** e **Eduardo Amorim (PSC/SE)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Benedito de Lira (PP/AL)**, **Sérgio Petecão (PSD/AC)** e **Aníbal Diniz (PT/AC)**. Na ocasião foi apresentado e aprovado o Relatório Final. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.– Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento 811, de 2013, destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem estruturado pelo governo americano com o objetivo de monitorar *e-mails*, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas na Constituição.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à apresentação e à esta reunião destina-se à apresentação e à apreciação do relatório final desta CPI pelo Relator, Senador Ricardo Ferraço. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos. Antes de votar a ata, inclusive? Ah, perfeitamente, muito obrigada. Demorou, mas compreendeu. Primeiro, eu quero cumprimentar todos e todas pela audiência, Senador Ferraço, Senador Suplicy, e dizer que estamos abrindo a reunião para que possamos iniciar não só a apresentação do relatório, mas os debates também. Deixaremos, portanto, a verificação, a leitura da ata para posterior aprovação, para *posteriori*. Então, imediatamente, eu quero passar a palavra ao nosso Relator, a quem cumprimento. Cheguei aqui hoje à Casa perguntando onde estava o Presidente. Aí, me responderam que a Presidente tinha acabado de chegar e que o Relator estava na sala. É que estou acostumada com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, não é, Senador Suplicy, que, aliás, tem também nesse tema, nessa matéria, dado, sem dúvida nenhuma, uma grande contribuição para a Comissão, porque uma parte importante daquilo que está no relatório apresentado pelo Senador Ricardo é daquilo que foi dito e falado, veio de lá, veio a partir da Comissão de Relações Exteriores.

Então, eu quero passar a palavra imediatamente ao Senador Ricardo Ferraço, para que faça a apresentação do seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Srª Presidente, Srs. Senadores. Esta Comissão Parlamentar teve, desde o início, uma natureza singular. Ao contrário de tantas outras Comissões de Inquérito que foram instaladas nesta Casa, seu objetivo nunca foi apontar eventuais culpados por um ou outro crime, no caso, crimes de espionagem eletrônica, até porque seria absolutamente improvável a comprovação da materialidade do delito e, conseqüentemente, da indicação de sua autoria. O alvo principal desta Comissão Parlamentar, ao longo dos últimos seis meses de trabalho, foi identificar falhas nos sistemas

brasileiros de inteligência, contrainteligência e segurança, nas comunicações eletrônicas, apresentando proposições que pudessem conceber o seu aperfeiçoamento. Nunca foi segredo para ninguém a realização de atividades de inteligência e vigilância cibernética, não apenas pela Agência de Inteligência Norte-Americana, como por serviços de inteligência do mundo inteiro. Com o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, o recurso a essas práticas por governos, organizações – e não apenas governos, mas organizações também – e empresas, passou a ser cada vez mais comum. O que os documentos secretos vazados pelo ex-técnico da Agência Nacional Norte-Americana Edward Snowden revelaram foi o alcance global da espionagem eletrônica efetuada pelos Estados Unidos, espionagem que ignorou o direito básico à privacidade dos próprios cidadãos norte-americanos, que não foram poupados, tampouco organismos internacionais, chefes de Estado, grandes companhias e empresas, nem mesmo o Vaticano. Pior: espionagem que ultrapassou em muito a fronteira da segurança nacional e da luta contra o terrorismo, estendendo-se para o território criminoso da espionagem política, econômica e industrial. Ficou claro que a Agência Nacional Norte-Americana tinha amplo acesso não apenas aos metadados, mas aos conteúdos de comunicações telefônicas e digitais de milhões e milhões de pessoas físicas e pessoas jurídicas, dentro e fora do território norte-americano. Como todos sabem, as denúncias que deram início a esta Comissão Parlamentar e que começaram a ser reveladas em maio do ano passado pelo advogado e colunista Glenn Greenwald apontaram o Brasil como um dos alvos preferenciais do serviço de inteligência dos Estados Unidos. Não vamos aqui detalhar o que foi revelado desde então, até por uma questão de tempo e por serem do absoluto domínio público todas as denúncias que foram feitas não apenas aqui na Comissão, mas também a grande mídia deu ampla divulgação às denúncias, tanto do Eduardo Snowden como do seu interlocutor, o advogado e colunista Glenn Greenwald. Mas basta lembrar que o esquema de espionagem norte-americano não teria sequer poupado até mesmo a Presidente Dilma Rousseff e chegou a invadir o sigilo da maior empresa nacional, como é o caso da Petrobras. A fragilidade do sistema de telecomunicações brasileiro e de nosso sistema de inteligência e defesa cibernética ficou evidente. Mais evidente ainda ao longo desses seis meses de trabalho na Comissão Parlamentar, onde ouvimos não só o depoimento do jornalista Glenn Greenwald, como de várias autoridades e especialistas na área de inteligência e segurança eletrônica. Nosso serviço de inteligência e contrainteligência esbarram não apenas na desconfiança de boa parte da população e dos administradores públicos, como no orçamento escasso e até mesmo na ausência de integração entre os próprios órgãos que compõem o SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência. Eu faço também, Srª Presidente, uma observação de que, em razão do funcionamento, durante o regime de exceção, do antigo Sistema Nacional de Informações, o chamado SNI, de certa forma sobrevive ainda, em segmentos amplos da sociedade brasileira, algum tipo de preconceito contra o desenvolvimento e a necessidade de o Estado brasileiro ter um serviço de inteligência e contrainteligência que possa proteger interesses nacionais. Eu dou como exemplo, o que me parece muito claro e objetivo, não pode um Estado ser surpreendido, como nós brasileiros fomos, quando uma refinaria brasileira foi ocupada na fronteira pela Bolívia. Ou seja, o serviço de inteligência tem que ter esse sentido de eficiência e resultado, para que, antecipadamente, o Estado brasileiro possa se proteger e atuar, para que o Estado nacional não seja surpreendido, por exemplo, por esse tipo de iniciativa.

Também falta uma legislação que estabeleça mecanismos e protocolos de cooperação, além da adequada distribuição de competências entre os distintos órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência.

É injustificável a falta de clareza na legislação sobre mandato, direitos, deveres e limitações à atividade de inteligência em nosso País. Não existe legislação específica que dê respaldo à atividade e ao pessoal de inteligência e que proteja o conhecimento sigiloso sob a guarda dos serviços de inteligência. Muito menos uma legislação que regulamente a atividade de inteligência privada no Brasil ou seus mecanismos de controle.

E temos aqui de abrir um parêntese para louvar a consolidação da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, do Congresso Nacional, como mecanismo efetivo de controle externo da atividade de inteligência no Brasil. Desafio fundamental para essa comissão será promover, quero crer, reformas na legislação de inteligência e fomentar a atividade dentro dos preceitos democráticos e sobre controle constante, permanente. Falta, no entanto, garantir a esse órgão de controle e à própria atividade de inteligência *status* constitucional. E é nesse sentido que recomendamos, em nosso relatório, a aprovação da PEC nº 67, de 2012. A proposta também cria o Conselho de Controle da Atividade de Inteligência, um órgão auxiliar do Congresso, composto por não Parlamentares.

Ora, os acontecimentos que motivaram esta CPI continuarão não apenas a ocorrer como a passar despercebidos caso não se desenvolva, com urgência, aparato efetivo de contrainteligência e de mecanismos de proteção ao conhecimento. É imperiosa a edição e implementação da Política Nacional de Inteligência, ainda esquecida nos escaninhos do Palácio do Planalto, três anos e meio depois de apreciada pelo Congresso Nacional. Omissão, a meu juízo, injustificável, que deixa o Brasil sem uma política que oriente a atuação de seus serviços de inteligência. E mais: sem uma política nacional, corre-se sempre o risco de ver os órgãos de inte-

ligência extrapolando suas funções, cometendo, eventualmente, arbitrariedades e trabalhando em prol de governos e não de Estados e da sociedade. Não se justificam, também, os investimentos ínfimos no campo de inteligência de sinais e de segurança cibernética. A título de exemplo, o orçamento da ABIN em 2012 foi de aproximadamente R\$528 milhões, dos quais apenas R\$5 milhões para investimentos. Como comparação, o orçamento oficial da comunidade de inteligência dos EUA, para o mesmo período, foi de US\$53 bilhões, segundo divulgado por Snowden. Apenas para a Agência Nacional teriam sido destinados aproximadamente US\$11 bilhões. Evidentemente que não há nível de comparação entre a realidade do nosso País e a realidade dos Estados Unidos. É apenas para termos uma visão e uma ordem de grandeza. Não há como nós termos em nosso País serviço de inteligência e contrainteligência se não tivermos um programa, uma política nacional, se não tivermos integração entre os diversos órgãos e se não tivermos orçamento que possa dar sustentação à política focada nessas áreas. Chega a ser, a meu juízo, irresponsável não investir em contrainteligência no atual cenário global. Isso envolve, evidentemente, mais recursos para os serviços de inteligência, capacitação de recursos humanos, aquisição e desenvolvimento de tecnologia e equipamentos próprios. Nossa proposta vai além do reforço do orçamento na área de inteligência. Ela sugere que o Poder Executivo, que tem constitucionalmente a prerrogativa exclusiva desse tipo de política, inclua até mesmo em um Projeto de Lei Orçamentária a ser encaminhado ao Congresso a criação de ações orçamentárias específicas destinadas a viabilizar as atividades de segurança cibernética. Acolhemos também sugestão apontada por vários dos especialistas que ouvimos ao longo dos nossos trabalhos na Comissão Parlamentar, como a criação de uma Agência Brasileira de Inteligência de Sinais, para operar no ambiente virtual, tanto na busca de dados de interesse do Brasil quanto na proteção dos ativos nacionais. Cabe ao Poder Executivo, por determinação constitucional, a proposta de criação desta agência. É importante, também, estabelecer uma Política Nacional de Inteligência de Sinais, que se coadune com a PNI, com a Política Nacional de Defesa e outras políticas públicas. Essa medida requer um amplo debate, do qual participem o Poder Público e a sociedade civil. Cabe, ainda, ao Governo brasileiro elaborar uma estratégia nacional abrangente, que reúna ações para todas as esferas da segurança cibernética, inclusive para o setor privado. Ponto importante dessa estratégia nacional seria a colaboração com outros Estados, em especial com os do MERCOSUL e da UNASUL, para garantirmos uma cooperação transfronteiriça. Vale observar a premissa de que a evolução tecnológica não representa apenas ameaças emergentes e novos riscos, mas também oportunidades para melhorar e aumentar o uso das tecnologias da informação e comunicação para o Governo, a indústria e os cidadãos.

Outra sugestão é o desenvolvimento de ações de fomento à pesquisa e inovação junto a empresas, universidades e institutos de ciência e tecnologia para o desenvolvimento de tecnologias críticas para a segurança cibernética e o fortalecimento de grupos de pesquisa e desenvolvimento na área. É importante, ainda, criar programa de incentivo a empresas internacionais detentoras de tecnologias, de interesse do Estado brasileiro, dispostas a se estabelecer em território nacional com transferência de tecnologia para produtos e sistemas nesta área. Srs e Srs. Senadores, as vulnerabilidades nas redes, identificadas e aproveitadas pela NSA e por suas aliadas, podem ser exploradas por criminosos de todos os tipos, de terroristas a pedófilos, de traficantes a criminosos de colarinho branco. No caso da espionagem norte-americana, os documentos vazados por Snowden deixaram clara a extensão da capacidade tecnológica da NSA, que, em parceria com agências de outros países, vale-se de acordos secretos em companhias de telecomunicações, grampeia cabos submarinos, intercepta comunicações via satélite e ataca dispositivos de rede, muitos deles com capacidade de vigilância já embutida de fábrica. Um dos maiores desafios da sociedade global é exatamente se proteger desse tipo de ataque sem perder os benefícios do mundo *on line*, como a facilidade de acesso e a disseminação da informação sem fronteiras, porque, não sejamos ingênuos, em maior ou menor grau, a espionagem eletrônica é uma realidade inevitável, sem volta, sem retorno. Ela faz e continuará fazendo parte inclusive de políticas governamentais, não importam eventuais promessas ou acertos diplomáticos e políticos de lideranças globais. O grave é que no Brasil temos uma dependência crítica de redes, equipamentos e *softwares* externos para manter o nosso fluxo de dados. A operação das telecomunicações brasileiras é dominada por companhias estrangeiras. Não temos um único satélite, até este momento, geostacionário nacional.

É, portanto, óbvio que estamos muito expostos e continuaremos expostos à espionagem eletrônica se nós não considerarmos a necessidade, a relevância e a importância de adotarmos políticas, recursos humanos e materiais para que o País possa se proteger. A conclusão também é óbvia e é urgente a necessidade de se estimular a indústria a desenvolver *hardwares* nacionais de comunicação, assim como produtos brasileiros para monitoramento e proteção dos níveis de segurança de *softwares* nacionais, em especial de antivírus e troca de mensagens. No contexto da segurança e da defesa de sistemas governamentais, priorizar a aquisição de *hardware* e *software* nacionais e certificados tornou-se uma questão estratégica. O investimento na segurança da tecnologia de computação e em nuvem também é fundamental, além do lançamento de cabos ópticos e

submarinos do Brasil para outras regiões, de forma a diminuir a nossa dependência dos Estados Unidos para a comunicação com outras partes do globo. Recorrente na Comissão Parlamentar foi a constatação da necessidade de desenvolver programas de criptografia nacionais capazes de atender aos requisitos de proteção dos órgãos de governo, das empresas estatais e das maiores empresas privadas brasileiras. Tais programas devem garantir a interoperabilidade entre os sistemas e evitar o isolamento digital.

São necessárias ainda ações para reforçar a segurança nacional em redes de telecomunicação que fazem uso do espectro de radiofrequência, como comunicações aeronáuticas, marítimas, do Exército e pesquisa espacial até o serviço móvel pessoal. Vale enfatizar a importância no reforço à segurança das infraestruturas críticas, ou seja, estruturas físicas, serviços, bens e sistemas cuja interrupção teria sério impacto social, ambiental e econômico ou de segurança do Estado e da sociedade. Embora já existam iniciativas nesse sentido, elas ainda são demasiadamente tímidas e isoladas.

Sugere-se ao Poder Executivo, dentre outras medidas, reforçar a implementação do *Guia de referência para a segurança das infraestruturas críticas da informação*, publicado em 2010 pelo Gabinete de Segurança Institucional, e fomentar a implementação de sistemas que permitam identificar, avaliar e tratar os riscos conjuntos das infraestruturas críticas nacionais sejam elas públicas ou privadas. Mas não basta que governo, empresas e Legislativo se comprometam com o desenvolvimento de ações voltadas à segurança cibernética. É preciso envolver e conscientizar a população em geral sobre as ameaças cibernéticas e a necessidade de uma nova postura nas atividades e no relacionamento *on line*. Cartilhas e campanhas educativas para diversos públicos-alvo, cursos de capacitação para agentes públicos e privados e plataformas *on line* sobre ameaças no ciberespaço devem ser implementados para o desenvolvimento de uma cultura de segurança na população brasileira como um todo. Sugerimos, ainda, incentivos às universidades públicas e privadas para formação de profissionais em segurança cibernética, além da adequação da grade curricular dos cursos de engenharia de telecomunicações e redes do País, para maior estímulo ao desenvolvimento de tecnologia nacional em telecomunicações e ampliação da consciência técnica quanto a aspectos de segurança nacional em telecomunicações. Quanto às ações no universo dos processos, uma das sugestões é implementar instrumentos de planejamento estratégico institucional e de tecnologia da informação, além do fomento a ações de capacitação em planejamento e gestão de contratos de tecnologia da informação e da elaboração de plano de gestão de recursos humanos para o sistema de administração dos recursos de informação e informática.

Na área legislativa, além da ampla reforma da legislação referente ao setor de inteligência e da aprovação da PEC 67/2012, a que já nos referimos anteriormente, esta Comissão Parlamentar propõe, pelo menos o seu Relator, a apresentação de um projeto de lei que dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros. Um dos principais problemas apurados por esta Comissão, ao longo desse tempo, diz respeito exatamente à falta de controle e de transparência a respeito das requisições de dados de pessoais naturais e jurídicas brasileiras por autoridades governamentais e tribunais estrangeiros. O objetivo do PLS por nós sugerido é suprir essa lacuna e permitir que o Poder Judiciário brasileiro exerça o controle necessário sobre esses procedimentos, divulgando de forma transparente essas requisições. É mister afirmar que atividades de inteligência e democracia são plenamente compatíveis. De fato, a inteligência mostra-se de grande importância para o assessoramento do processo decisório, particularmente nas esferas mais estratégicas de Estado e de governo.

O que não podemos tolerar, num regime democrático, é o excesso, é a falta de controle dos serviços de inteligência. Controle que faz parte também da função do Parlamento, que não pode fugir e tampouco se omitir dessa importante tarefa. Mas é preciso considerar que, num mundo globalizado, interconectado, os membros da comunidade internacional precisam trabalhar em conjunto para rastrear e tratar as ameaças cibernéticas que ultrapassam fronteiras. Os países também terão que trabalhar em conjunto para compartilhar dados técnicos no sentido de manter atualizadas suas defesas cibernéticas. Muitos analistas acreditam que tratados globais são um fator essencial para o desenvolvimento de uma política sólida de segurança cibernética global; outros sugerem a criação de medidas de fortalecimento da confiança no ambiente cibernético como alternativas aos tratados globais, vistos por vezes como inaplicáveis e impraticáveis.

Qualquer que seja o arranjo ou o caminho, é unânime o entendimento de que as ameaças cibernéticas devem ser tratadas no plano multilateral, sob o risco de tornarem medidas exclusivamente internas ineficazes. Isso posto, cabe ao Governo brasileiro estabelecer prioridades de atuação em política externa que busque formas de organizar o ambiente internacional que preze pela segurança cibernética e pela soberania das nações.

O Brasil deve cooperar intensamente com organizações regionais e internacionais e com outros países de forma bilateral, tanto para capacitar-se por meio de troca de experiências internacionais e informações compartilhadas, como para criar redes de relacionamento que auxiliem na construção de confiança mútua no cenário internacional.

O País também precisa oferecer equipes de resposta a incidentes, capazes de cooperar e atuar internacionalmente a qualquer momento, dando volume e concretude técnica aos mecanismos políticos e diplomáticos de atuação. São essas, Sr^{as} e Srs. Senadores, em linhas gerais, as conclusões do relatório que ora apresento aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Tenho certeza de que o trabalho desta Comissão irá de alguma forma contribuir para tornar mais clara a necessidade da promoção do aparato e da cultura de segurança digital, que é certamente imprescindível neste mundo em que estamos vivendo, um mundo em que o conceito de privacidade ganha novos contornos e em que as atividades de inteligência e contrainteligência não podem, de forma alguma, passar ao largo dos princípios básicos dos direitos individuais e da democracia. É esse, Sr^a Presidente, o resumo do relatório que nós estamos submetendo a V. Ex^{as}, um relatório que na sua consolidação teve mais de 300 páginas, considerando que nós trabalhamos princípios, trabalhamos valores, trabalhamos dados e fatos históricos. Eu não poderia deixar de agradecer, Sr^a Presidente, todo o apoio que nós recebemos por parte dos consultores, por parte dos analistas desta Casa, que foram incansáveis em nos ajudar na conclusão deste relatório. Trabalhamos numa visão bastante realista, considerando as restrições e as dificuldades, evidentemente, de que os efeitos desta Comissão pudessem ter como desdobramento iniciativas efetivas tanto no campo legislativo quanto no campo das sugestões que nós estamos fazendo ao Poder Executivo, tendo em vista que um conjunto muito vasto e pleno das ações é de prerrogativa exclusiva de iniciativa do Poder Executivo. É o relatório que submeto a V. Ex^a e aos nossos pares que compõem esta Comissão Parlamentar. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sou eu que cumprimento V. Ex^a. Antes de passar a palavra ao Senador Suplicy, que a solicita, eu apenas gostaria de, conforme determina o nosso Regimento, propor a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 13^a e da 14^a reuniões. Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*. Portanto as atas estão aprovadas.

Senador Suplicy, eu ainda gostaria, antes de passar a palavra a V. Ex^a, de dizer que estamos no início. Iremos debater o relatório agora apresentado, mas devo informar que o que o Senador Ferraço acabou de fazer foi apenas uma síntese do que está escrito no relatório. E quero cumprimentá-lo pela síntese, Senador. Aquilo a que se propôs esta CPI está sendo cumprido com muita competência não só pela dedicação dos Parlamentares, sobretudo do nosso Relator, mas pela contribuição que recebemos no decorrer desse período em que a CPI funcionou, contribuição de servidores da Casa, de consultores, contribuição de pessoas de fora e de outras entidades. Da mesma forma, o gabinete do Senador Ferraço, os assessores do meu gabinete e das comissões temporárias da Casa. Quero agradecer a todos ao cumprimentar o Oscar e o Dirceu. Sintam-se todos cumprimentados. E receba os nossos mais sinceros agradecimentos a turma da comunicação, por intermédio do Floriano, que também acabou se tornando um estudioso dessa questão da espionagem, da guerra cibernética. De fato, para quem estuda, para quem se debruça sobre o assunto é algo extremamente relevante. A força das palavras escritas que acaba de ler o Senador Ferraço, Senador Suplicy, é algo que tem que ser sentido, é algo que tem que ser vivido, porque o poder... Para mim ficou muito claro nesse período, por tudo o que ouvimos por tudo o que debatemos que o poder de uma nação não está apenas na sua força econômica, na sua força bélica, mas também no seu domínio sobre a informação, a tecnologia da informação. Este mundo em que vivemos, além de estar globalizado, está conectado. É um mundo globalizado e conectado. Então o propósito da CPI, creio que foi plenamente cumprido, Senador. E gostaria apenas de dizer que, no dia de ontem, recebi um *e-mail* – até perguntei se poderia falar a respeito dele, disseram que sem problema nenhum – de uma empresa chamada Vírus Imune. Essa empresa faz uma exposição de como são alguns vírus que foram detectados e dos sistemas antivírus utilizados. O Brasil não detecta, mas forma *modus operandi* de como se capturam informações de Governo e de empresas importantes do Governo para a NSA. Acho que é importante, quero passar às mãos de V. Ex^a – repito, essa informação chegou ao meu *e-mail* ontem, pedi que os assessores fizessem contato com essa empresa, para falar da possibilidade ou não de se falar, e aqui está disponibilizado o documento, se poderíamos ou não disponibilizar essas informações, de como ocorre a captura, e apresentar, Sr. Relator, uma sugestão que poderia constar do anexo de nossa CPI. Não tivemos condições de realizar aqui uma audiência com o segmento da indústria de defesa. E, semana passada, estive com eles, desloquei-me até São Paulo, para ter um conversa com esse setor que considero muito importante. Com muita dificuldade, eles desenvolvem muitos produtos, são várias empresas reunidas em torno da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, que conhecem todos muito bem, V. Ex^a, Senador Ricardo. E eles apresentaram um conjunto de propostas que dão vida à proposta mais geral apresentada no relatório, como, por exemplo, desenvolver o setor industrial, o que se precisa fazer para esse desenvolvimento, para a capacitação. Aqui há algumas sugestões que considero fundamentais, que são simples muitas delas, Senador Ferraço, baratas e que, se levadas em consideração, poderíamos ajudar muito, contribuir muito com a formação de profissional capacitado nessa área e com o desenvolvimento da própria indústria nacional. E estamos falando de

uma indústria cujo maior valor passa a ser monetário, mas o maior valor é o valor da inteligência, da formação. E o Brasil os poucos profissionais que tem formado tem perdido, porque não consegue manter essas pessoas trabalhando no desenvolvimento aqui no Brasil, então, passo às mãos de V. Ex^a essa sugestão. Outra questão a que só gostaria de chamar atenção, não sabe se o nosso relatório não necessitaria fazer referência em relação a isso: foi a última audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, Senador Ferraço, que contamos com a participação do Ministro da Defesa, que foi muito taxativo na sua exposição. Ele veio à Comissão, Senador Suplicy, que estava presente, falou a respeito do trabalho de defesa do Brasil, dizendo que, muitas vezes, aquele planejamento, o que está planejado, em decorrência de acontecimentos, faz com que algumas coisas já planejadas tomem proporções muito maiores. E ele diz aqui que é o caso da defesa cibernética. E cita que, no Brasil, temos um centro de defesa, no âmbito do Exército brasileiro, e que, após todas essas denúncias, uma das medidas adotadas, e são várias as medidas, todas elas incluídas aqui no relatório, mas o próprio Ministério da Defesa do Brasil criou um grupo para sugerir medidas a curto, a médio e a longo prazo. E ele fez questão, Senador Ferraço, de destacar duas medidas: uma delas é a criação de uma escola de defesa cibernética, no âmbito do Ministério da Defesa; e a outra, em vez de haver um centro de defesa cibernética, que é o que temos hoje, no âmbito do Exército brasileiro, criar-se um comando de defesa. Eu acho que seria importante destacar esse posicionamento do Ministro da Defesa do Brasil, que não é do Ministro, é uma evolução que está tendo o Ministro da Defesa diante da gravidade desse problema, acho que, pela força que terá o nosso relatório, poderíamos abraçar, desde já, as propostas apresentadas pelo Ministro Celso Amorim. E passo a palavra ao Senador Suplicy, para a discussão do nosso relatório.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr^a Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, prezado Senador-Relator, Ricardo Ferraço, quero cumprimentar ambos pela dedicação com que desenvolveram o seus trabalhos.

A Senadora Vanessa Grazziotin, como proponente desta CPI, foi muito feliz diante dos fatos que haviam surpreendido a opinião pública brasileira com a notícia de que a Agência NSA, dos Estados Unidos, havia tido acesso a comunicações pela internet e a comunicações telefônicas da própria Presidenta Dilma, de alguns de seus principais colaboradores, ministros e auxiliares, bem como quando se soube que a NSA também havia realizado gravações e tido acesso às comunicações da Petrobras com interesses comerciais. Isso, obviamente, chamou a atenção do povo brasileiro. V. Ex^a, com o apoio do Senador Ricardo Ferraço, muito se empenhou para desvendar isso. Aqui, inclusive, chamaram o jornalista Glenn, que muito interagiu com o Dr. Edward Snowden, que trouxe revelações de enorme significado, tanto para o Brasil quanto para outros Países do mundo, como a própria República Federal da Alemanha onde a Sr. Angela Merkel, a Chanceler, também foi objeto de averiguações por parte da NSA. Acredito que a contribuição de V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, constitui uma contribuição muito relevante que leva em conta os depoimentos de todos os que pudemos aqui ouvir, inclusive as autoridades de nosso Governo nessa área. Noto que no seu relatório há também o registro do novo Marco Civil da Internet que recém foi aprovado na Câmara dos Deputados. Gostaria, até, de fazer-lhe uma pergunta. Aqui em seu relatório acho que V. Ex^a não pode se estender tanto, mas em que medida as proposições de V. Ex^a, no que dizem respeito ao Marco Civil da Internet, foram já devidamente contempladas pela aprovação do projeto do Marco Civil lá na Câmara dos Deputados? Ou são aqui sugestões que deverão contribuir para o aperfeiçoamento daquela iniciativa, que é da Presidenta Dilma Rousseff e que ela considera de enorme relevância?

Sabemos todos que a Presidenta Dilma Rousseff gostaria até que o Senado Federal viesse a concluir a votação dessa matéria a tempo de importante encontro internacional que se realizará no Brasil sobre o tema. Mas eu até perguntaria a V. Ex^a como avalia que é possível nós realizarmos esse esforço e se aqui estão contidas, também, sugestões para o aperfeiçoamento do Marco Civil da Internet. Meus cumprimentos a todos os componentes, em especial a Presidenta Vanessa Grazziotin e ao Senador Ricardo Ferraço.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim, de maneira afirmativa, Senador Eduardo Suplicy, o nosso relatório dialoga com o formato final e conclusivo relacionado ao Marco Civil da Internet, que chegou à Câmara dos Deputados ainda em agosto de 2011.

Nós, enfim, dialogamos e o nosso relatório está em linha com o que foi discutido e foi debatido na Câmara, sobretudo os aspectos mais gerais relacionados à privacidade. Enfim, todos esses aspectos foram por nós relacionados aqui em nosso relatório. E eles estão constantes nas págs. 115, 116 e 117, onde nós fazemos uma reflexão a respeito da necessidade dessa incorporação.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois, não. Passo a palavra ao Senador Pedro Taques, o nosso Vice-Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr^a Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, eu gostaria de aproveitar o ensejo e cumprimentar o Relator pelo belíssimo trabalho que foi feito.

Este trabalho mostra que uma comissão parlamentar de inquérito não tem apenas a finalidade polícial, como alguns pensavam no início dos trabalhos desta comissão, de ouvir pessoas. Alguns ficavam, inclusive, com piadas em relação a esta comissão de que nós ouviríamos inclusive o Presidente dos Estados Unidos Barack Obama para saber se realmente ele ouviu a conversa da Presidente da República Dilma.

Este trabalho aqui demonstra que é possível, através de uma comissão parlamentar de inquérito, fazer recomendações. Aliás, esta é uma das atribuições de uma comissão parlamentar de inquérito.

O trabalho que foi feito aqui, levantando a estratégia de inteligência de outros países, valendo-se da comparação entre vários países, é muito rico, para que nós possamos nos dedicar a definir a nossa estratégia nacional ou melhorar esta que já existe. Assim, eu quero reconhecer a excelência deste trabalho e pedir desculpas, pois eu não tive condições de colaborar como gostaria nesta comissão parlamentar de inquérito, porque aqui nós todos temos de revogar aquela lei que não nos permite estar em dois lugares ao mesmo tempo. Aqui, nós estamos em três, quatro lugares ao mesmo tempo.

E eu, como Relator do Código Penal, tive de me dedicar mais àquela tarefa, mas sem prejuízo de reconhecer a excelência do trabalho que foi desenvolvido por V. Ex^a, Senador Ferraço, pela Senadora Vanessa, e por aqueles Senadores que mais de perto contribuíram.

CPI não tem a finalidade apenas – apenas – de afastar sigilo bancário, afastar sigilo fiscal, mas fazer recomendações, inclusive, de proposições legislativas, como é o exemplo deste trabalho elaborado.

Parabéns, Senador Ferraço e Senadora Vanessa.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador. Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, colega Relator Ricardo Ferraço, quero também aqui parabenizar o trabalho da comissão, nas pessoas de V. Ex^{as}. Sei que foi com muita determinação, com muito zelo e com muito cuidado que este trabalho foi feito e está sendo concluído, mostrando, sim, que devemos também, sim, tomar todos os cuidados em prol do cuidado e do zelo de cada cidadão brasileiro, de cada cidadã. Então, nobre Relator Ricardo Ferraço, mais uma vez, parabéns pelo brilhante trabalho realmente de elaborar este relatório tão importante para todos nós, para a Nação brasileira.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Eu só gostaria de informar algo que todos já sabem. O Relator publicou o relatório que ele, repito, fez apenas uma síntese. Ele está publicado desde quinta-feira da semana passada.

Portanto, foi disponibilizado não só para os Srs. e Sr^{as} Senadoras, especialmente para aqueles que compõem esta comissão, mas a todos que procuraram acesso pela internet. Então, ele está na página da comissão publicado devidamente. Nós abrimos, inclusive, para a possibilidade de que entidades e pessoas de fora também pudessem colaborar com o relatório.

E neste mesmo ritmo do Senado Brasileiro, Srs. Senadores, o Parlamento Europeu com quem tivemos oportunidade, não de estarmos pessoalmente, não pudemos atender o convite por falta de condições, devido ao volume de trabalho não pudemos atender o convite de ir até o parlamento europeu e pessoalmente debatermos com os parlamentares membros da comissão de investigação, que lá eles chamam libe, mas tivemos com eles uma importante reunião através de vídeoconferência, nós do Brasil e eles lá no parlamento europeu. Eu e o relator, com uns 12 a 15 deputados, parlamentares europeus, fizemos uma importante reunião daqui do INTERLEGIS, do Senado, do PRODASEN, já não me lembro e eles de lá.

Enfim, o relatório também está disponibilizado, com as particularidades, Senador Suplicy, que a Europa tem de diferencial da gente, mas que aborda os mesmos assuntos, ou seja, o desrespeito à individualidade das pessoas, o desrespeito às empresas, à soberania dos Estados, dos dirigentes máximos desses Estados e também apresenta soluções. Lembrando que, a Presidente Dilma, quando esteve na cúpula Brasil–União Europeia, assinou o acordo para construção de um cabo submarino e essas são medidas importantes.

Das inúmeras sugestões que o relatório apresenta, quero aqui destacar a questão orçamentária. É preciso reforçar o orçamento para questões vinculadas à segurança cibernética. Sabemos que, apesar da crise econômica que o Brasil vive, é fundamental que se invista neste setor, neste segmento, a fim de que possamos dar uma maior segurança ao nosso País e à nossa população. Então, quero fazer esses registros e passo, antes de colocar o relatório em votação, a palavra ao nosso Relator Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr^a Presidente, primeiro para agradecer a V. Ex^a a designação para que eu tivesse a oportunidade de relatar. V. Ex^a nos apresenta aqui algumas contribuições e um conjunto delas fez parte da manifestação do Ministro da Defesa, Ministro Celso Amorim, quando aqui esteve. Estamos, portanto, acolhendo e recomendando à nossa assessoria que faça o ajustamento nos textos, de modo que possamos incorporar as contribuições que aqui foram suscitadas pela Senadora Vanessa Grazziotin, quando da presença do Ministro Celso Amorim. De igual forma, um conjunto de outras contribuições

que a Senadora Vanessa nos apresenta que ajudam a materializar à medida que são sugestões para que o Governo Federal possa estabelecer metas no campo das compras educativas, da inovação direcionada, compra e projetos estratégicos, todas as recomendações muito pontuais, mas que no todo fazem todo o sentido e, por isso mesmo, estamos incorporando como sugestão ao Poder Executivo, para que eles possam considerar esse conjunto de iniciativas que poderá se traduzir na melhoria das nossas condições para um trabalho de inteligência cibernética adequada. Evidentemente, que num país com tantas carências, com tantas prioridades, em diversos campos da vida humana, da atividade diária, um país como o nosso que tem tantos desafios na área da infraestrutura, de fundamental importância para melhorar a competitividade da economia brasileira, políticas sociais as mais diversas, pode parecer contraditório que nós estejamos aqui defendendo que o País possa ampliar ou aperfeiçoar os seus esforços no campo da inteligência e da contrainteligência. Se o nosso País deseja, como parece que deseja ampliar cada vez mais o seu protagonismo internacional, chegando ao ponto de ter um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para dialogar com outro padrão com os demais países, em razão de suas alianças, não apenas do MERCOSUL, não apenas na UNASUL, mas também nos BRICS, que é uma aliança informal, mas uma aliança informal que tem permitido que o nosso País, no G-20 financeiro, no Fundo Monetário Internacional, no Banco Mundial, nas agências multilaterais, na Organização Mundial do Comércio. Enfim, essa nossa aliança com os BRICS dá ao nosso País essa melhor condição, em razão dessa aliança com Índia, com China, com Rússia, mais recentemente com a África do Sul. Então, isso se faz necessário para que esse protagonismo se dê de fato e de direito e não como ferramenta meramente de discurso. Portanto, os investimentos em inteligência são necessários, mas não são investimentos apenas econômicos; são investimentos também na área de formação de recursos humanos, de melhorar a condição de integração entre os diversos órgãos que operam o sistema. Nem tudo aqui é investimento financeiro ou orçamentário. É necessário, portanto, haja atenção por parte do Governo, para que os brasileiros não continuem sendo surpreendidos, como nós todos fomos surpreendidos em razão das denúncias do Edward Snowden.

É isso, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Muito bem, Senador, mais uma vez cumprimentando-o pelo trabalho, que certamente terá continuidade. Em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Parlamentares e as Sr^{as} Parlamentares que concordam com o relatório ora apresentado pelo Senador Ferraço permaneçam como se encontram. (Pausa.) O relatório está, portanto, aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria será encaminhada à Mesa para conhecimento do Plenário. Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 15^a Reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

Ata aprovada. Declaro, portanto, encerrado o trabalho da presente Comissão. (Palmas.) Parabéns, Senador Ferraço, e muito obrigada a todos.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.)

Comissão Temporária, criada pelo ATS nº 36, de 2013, com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4^a Reunião da **Comissão Temporária, criada pelo ATS nº 36, de 2013, com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil**, realizada em 26 de março de 2014, às 14 horas e 52 minutos, na Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa. Estiveram presentes a Presidente da Comissão, Senadora **Ângela Portela (PT-RR)**, o Relator, Senador **Cristovam Buarque (PDT-DF)**, os Senadores membros **Vital do Rego (PMDB-PE)**, **Cyrolino Miranda (PSDB-GO)**, **Ciro Nogueira (PP-PI)**, **Eduardo Amorim (PSC-PE)** e **Paulo Paim (PT-RS)**. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4^a Reunião da Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o Financiamento da Educação no Brasil, criada pelo Ato nº 36, de 2013, aditado pelo Ato do Presidente nº 40, de 2013, ambos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Havendo número regimental, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 2^a e da 3^a Reuniões da Comissão.

Os senhores membros que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Conforme informado em pauta, esta reunião se destina a deliberar requerimentos.

Considerando que o conteúdo do Requerimento nº 3 abrange nomes dos Requerimentos de nºs 1 e 2, declaro prejudicados estes.

Portanto, vamos à leitura do Requerimento nº 3, de 2014.

Requeiro, nos termos regimentais, sejam ouvidas em audiência pública da CTEDUC as seguintes autoridades:

1. José Marcelino Rezende Pinto – Professor da USP;
2. Carlos Roberto Jamil Cury – Professor da PUC/MG e ex-presidente do Conselho Nacional de Educação;
3. Marcelo Medeiros – IPEA;
4. João Monlevade – consultor do Senado Federal;
5. Fernando Veloso – professor da FGV;
6. Naercio Aquino – Insper USP;
7. Guiomar Namó de Melo – Diretora EBRAP;
8. Antônio Jacinto Matias – Fundação Instituto Itaú;
9. Raul Velloso – especialista em finanças públicas;
10. Fábio Giambiagi – especialista em economia do setor público;
11. Fernando Rezende – ex-presidente do Ipea;
12. Viviane Senna – presidente do Instituto Ayrton Senna;
13. Priscila Cruz – Todos pela Educação;
14. Daniel Cara – Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
15. Maria Tereza da Silva Arretche – professora da Universidade de São Paulo;
16. Luiz Cláudio da Costa – Presidente do Inep/MEC
17. Paulo Ziulkoski – presidente Confederação Nacional de Municípios.

Submeto à apreciação da Comissão este requerimento, a fim de que possamos realizar as audiências públicas com essas autoridades, convidadas inclusive pelo Relator, Senador Cristovam Buarque, que precisou viajar e, por essa razão, não está aqui presente hoje, neste momento da apreciação deste requerimento.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr^a Presidente, aprovado já o requerimento, por que há concordância, dada a importância desta Comissão, pois sabemos que, como já foi dito – e eu repito –, a verdadeira revolução para que o Brasil chegue a ser um país de Primeiro Mundo passa pela educação. Daí a importância do trabalho liderado aqui por V. Ex^a e pelo Senador Cristovam.

Porém, Senadora Angela Portela, como não pude, no momento adequado, fazer este meu gesto de solidariedade, faço-o agora. Queria dizer do carinho de toda a nossa Bancada pela sua história, pela sua vida e pela sua caminhada, e, conseqüentemente, também, da nossa consternação, passados já quinze dias, pelo falecimento da senhora sua mãe, Maria Socorro Gomes.

Faço questão de deixar aqui registrado nesta Comissão, para que fique nos Anais da Casa, que ela, lá do alto, deve estar assistindo a essa nossa conversa e, tenho certeza, com muito orgulho da filha que ela tem, uma grande líder do povo brasileiro.

Que ela esteja lá nos braços de Deus!

Os meus pais também já faleceram, e, como eu lhe dizia, esse é o caminho natural da vida. Todavia, eu sinto – e o dizia no plenário e vou dizer aqui agora – que há ainda uma tristeza nos seus olhos, na sua face, demonstrando o carinho por ela que tinha, a emoção que continua, claro, até hoje.

Fica, pois, aqui, a nossa solidariedade, que sei não é só da Bancada do PT, mas de todo o Congresso Nacional.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, por sua sensibilidade, por seu gesto de solidariedade neste momento em que a gente sente uma profunda dor, como sinto agora pela perda da minha mãezinha.

Ela era uma mulher muito querida, uma professora, uma diretora de escola, que veio de uma família que atuou toda na educação. Eram apenas três irmãs, todas elas professoras, todas elas atuantes na área de educação. Ainda ontem, por ocasião da entrega dos Diplomas Mulher-Cidadã Bertha Lutz, destinados a mulheres que realizaram ações efetivas em prol dos direitos das mulheres brasileiras nas mais diversas áreas, seja na área da educação, da saúde, do combate à violência contra a mulher, lembrei-me muito da minha mãe durante aquela solenidade bonita que tivemos aqui no plenário do Senado Federal, com a presença de membros do Poder Executivo, do Poder Judiciário. Eu lembrei que a minha mãezinha, na sua simplicidade, nascida no interior do Ceará, era uma mulher que tinha uma visão além do seu tempo; uma professora muito dedicada, que fez grandes amizades por onde passou. Ela sempre cultivou as boas relações pessoais, tanto na vida familiar

quanto na vida profissional. Assim, minha mãe, para mim, é um exemplo de mulher dedicada à família, dedicada à profissão de professora e de diretora de escola.

Naquela solenidade, embora sentindo muitas saudades dela, eu estava feliz, porque ela sempre me dizia da felicidade que ela tinha por eu haver chegado onde cheguei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Fora do microfone.) – Muito bem!

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Isso porque, filha de uma professor e de um agricultor do Nordeste, meu marido e eu fomos para Roraima – eu já professora formada e ele, engenheiro – para trabalhar na escola pública. E nós não fazíamos parte, no nosso Estado de Roraima, de nenhuma oligarquia política. Nós chegamos lá como profissionais liberais em busca de trabalho, de melhores condições de vida, e o Estado de Roraima nos ofereceu isso – para mim, como professora, e para o meu marido, como engenheiro. E nós fizemos toda a nossa vida em Roraima.

Ela, a minha mãe, que ficou no Ceará, sempre morando na cidade de Coreaú, no interior do Estado, sempre demonstrou muito orgulho dos cinco filhos que teve – sempre! E, para mim, que sou a filha mais velha, ela sempre dizia que eu era uma espécie de mãe para ela, ainda porque, depois, que a doença se instalou há mais de quinze anos... E, de fato, quando a mãe adocece, a gente tem, de certa forma, que fazer o papel de protetora daquela que passou a vida inteira se dedicando à nossa proteção, ao nosso bem-estar.

Então, naquela solenidade, eu comecei a me lembrar que a minha mãezinha, na sua simplicidade, na sua vida de trabalho e de dedicação à família, também poderia ser uma homenageada, uma agraciada com o prêmio Bertha Lutz, como uma mulher que se dedicou muito à sua família e à sua profissão de professora.

Lembro que, no dia do seu enterro em Coreaú, lá no interior do Ceará, quinze dias atrás, a Escola Municipal Vilebaldo Aguiar – escola onde eu estudei e da qual ela foi professora durante muitos anos – fez uma linda homenagem a ela, colocando todos os alunos e professores perfilados, na porta do cemitério, aplaudindo a entrada do cortejo. Foi um momento de muita emoção, um momento de profunda dor. E eu sei que ela está bem, que ela está com Deus.

Assim, quero agradecer a V. Exª pela manifestação, até porque essa é a primeira vez, nesta reunião tranquila desta Comissão Temporária de financiamento da educação, que toco no assunto do falecimento da minha mãe. Mas é preciso a gente reconhecer que é uma realidade, que não tem volta, que, agora, cabe a nós olhar para a frente e nos lembrarmos dela com muito carinho, com muito respeito, com muito amor e com muita gratidão por tudo de bom que ela fez por nossa família.

Agradeço a V. Exª.

Assim, nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, não sem antes agradecer a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião desta Comissão, a ser realizada em data a ser confirmada, a fim de que possamos realizar as audiências públicas com os convidados arrolados no requerimento aprovado.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigada. – Senadora **Ângela Portela**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)

Edição de hoje: 28 páginas
(O.S. 11668/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

